

**PROJETO GRÁFICO:** Andréia Custódio  
**FOTO DA CAPA:** © Arquivo Público do Distrito Federal  
**ILUSTRAÇÕES:** Miguel Bezerra  
**EDITOR:** Marcos Marcionilo  
**CONSELHO EDITORIAL:** Ana Stahl Zilles [Unisinos]  
Angela Dionísio [UFPE]  
Carlos Alberto Faraco [UFPR]  
Egon de Oliveira Rangel [PUC-SP]  
Gilvan Müller de Oliveira [UFSC, Ipo]  
Henrique Monteagudo [Universidade de Santiago de Compostela]  
Kanavillil Rajagopalan [UNICAMP]  
Marcos Bagno [UnB]  
Maria Marta Pereira Scherre [UFES]  
Rachel Gazolla de Andrade [PUC-SP]  
Roberto Mulinacci [Universidade de Bolonha]  
Roxane Rojo [UNICAMP]  
Salma Tannus Muchail [PUC-SP]  
Sírrio Possenti [UNICAMP]  
Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

B134g

Bagno, Marcos, 1961-  
Gramática pedagógica do português brasileiro / Marcos Bagno.  
- São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

1056p. : 24 cm. (Referenda ; 1)  
ISBN 978-85-7934-037-6

1. Língua portuguesa - Gramática - Estudo e ensino. I. Título. II. Série.

11-6457.

CDD: 469.5  
CDU: 811.134.3'36

---

Direitos reservados à

**Parábola Editorial**

Rua Dr. Mário Vicente, 394 – Ipiranga

04270-000 São Paulo, SP

pabx: [11] 5061-9262 | 5061-8075 | fax: [11] 2589-9263

home page: [www.parabolaeditorial.com.br](http://www.parabolaeditorial.com.br)

e-mail: [parabola@parabolaeditorial.com.br](mailto:parabola@parabolaeditorial.com.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-7934-037-6

1ª edição, 1ª reimpressão: março de 2014

© do texto: Marcos Bagno, 2012

© da edição: PARÁBOLA EDITORIAL, São Paulo, janeiro de 2012.



# a caverna implodida



por uma concepção não-platônica de língua

**T**odo trabalho acerca da linguagem e das línguas, para ser coerente do ponto de vista teórico, político-ideológico, pedagógico e metodológico, tem de definir o que entende por língua. Só é possível falar da língua depois de definir o que se entende por esse termo, uma vez que a língua não está diretamente acessível como um objeto concreto semelhante às pedras, às plantas, aos animais, às substâncias químicas etc., que constituem

os objetos de outras ciências. Nesse capítulo, vamos criticar o que chamo de **platonismo linguístico** (uma filosofia dualista), passar em revista as correntes teóricas que o sustentaram e ainda o sustentam, e propor uma concepção alternativa — **monista** — da linguagem e das línguas.

Essa concepção, evidentemente, não é a “melhor” nem a mais “verdadeira” — é simplesmente uma questão de *escolhas* filosóficas e ideológicas, sempre imbuídas do subjetivismo e das crenças pessoais do postulante. A verdade sobre a língua — e sobre qualquer outra coisa — está desde sempre e para sempre inacessível à mente humana por causa de suas restrições naturais, de suas limitações cognitivas (por mais extensas que as consideremos!). Mas isso não é impedimento — ao contrário, é o estímulo — para a busca incessante de conhecimento.

## 1.1 PLATÃO

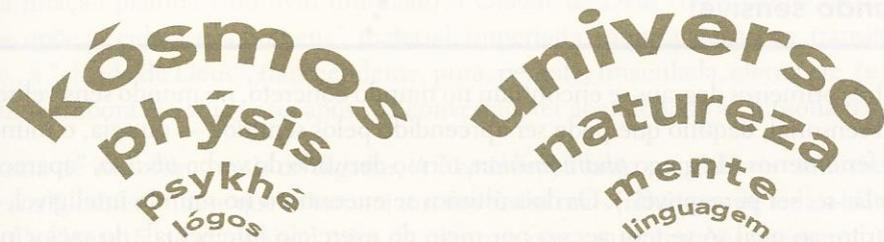
O filósofo grego **Platão** (428/427 — 348/347 a.C.) é um dos nomes mais importantes de toda a cultura ocidental. O impacto de seu pensamento é tamanho, sua influência é tão profunda que o filósofo inglês Alfred North Whitehead (1861-1947) chegou a dizer que “a tradição filosófica europeia é uma série de notas de rodapé a Platão”. De fato, o filósofo grego levantou os principais problemas e temas que a filosofia e outras áreas de conhecimento querem resolver e investigar até hoje. Sem Platão, não só a filosofia europeia seria diferente, mas também toda a tradição teológica cristã. Sua contribuição para os estudos da linguagem também é inegável, e dela trataremos no capítulo 9.

Não podemos desdobrar aqui todas as múltiplas facetas do sistema filosófico platônico. O que vai nos interessar nesse capítulo é o seu **dualismo** característico. Uma filosofia dualista é aquela que repousa numa dupla de conceitos fundamentais que se opõem de modo inconciliável. Na filosofia de Platão, a oposição fundamental é entre o **mundo sensível** (*fenomênico*), aquele que pode ser apreendido pelos nossos sentidos — portanto, o mundo corpóreo, material, físico —, e o **mundo cognoscível** (*numênico*), aquele que só pode ser apreendido pela nossa inteligência — portanto, o mundo mental, espiritual, metafísico. Nesse sistema filosófico, o conhecimento fornecido pelos sentidos humanos é chamado de “ilusão” (a famosa “ilusão dos sentidos”), porque não nos permite acesso direto à verdadeira realidade das coisas, à verdade, enfim. Só o exercício da inteligência, do raciocínio profundo e (nas doutrinas religiosas) da contemplação mística permite que nos libertemos dessa ilusão dos sentidos e tenhamos acesso à essência real das coisas (e/ou à plenitude espiritual).

Nessa visão platônica das coisas inteligíveis, a linguagem ocupa o lugar mais baixo da hierarquia dos objetos que dão acesso ao conhecimento. De fato, os filósofos

gregos acreditavam que o entendimento da organização da linguagem (*lógos*) permitiria o acesso à organização da mente (*psykhé*) e que, por sua vez, a compreensão do funcionamento da mente poderia levar a um entendimento da organização do mundo natural (*phýsis*) e, daí, à organização do próprio universo (*kósmos* — palavra que significa, originalmente, “harmonia”, “ordem”, em oposição a *kháos*, o “caos”, a desordem, o vazio).

Haveria portanto, entre esses diferentes níveis de realidade, uma relação **especular** (do latim *spéculu-*, “espelho”), em que a organização e o funcionamento de cada um dos objetos investigados seria um **reflexo** da organização e do funcionamento dos demais objetos, numa gradação hierárquica:



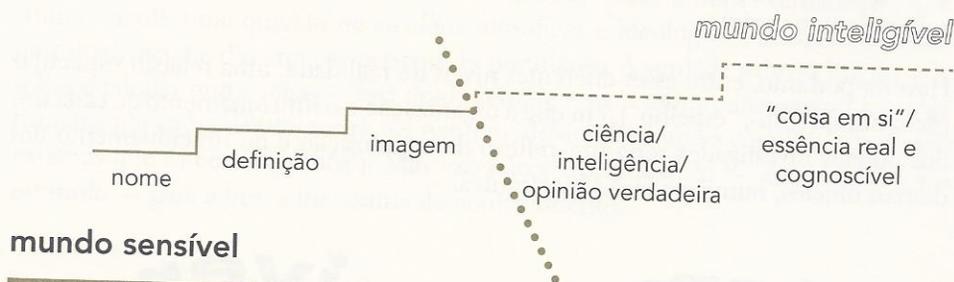
Por ser o mais imediatamente acessível, o *lógos*, o discurso (linguagem portadora de razão), será o ponto de partida da investigação filosófica. Para nós, estudiosos apaixonados da linguagem, dá tristeza ver nosso objeto de estudo ocupar a parte menos nobre da hierarquia dos filósofos gregos. Realmente, no que diz respeito a Platão, por exemplo, como nos explica Neves (2002: 19-20),

a linguagem não é o fim último da investigação platônica. Pelo contrário, na filosofia platônica, a linguagem é considerada apenas como um fraco auxiliar para se chegar ao *autó*, isto é, à própria ‘coisa’, ao objeto verdadeiramente real e cognoscível. Entre os cinco elementos que tornam possível o conhecimento (...), o nome ocupa o degrau inferior, e o *lógos* (que é a definição, a proposição), o degrau imediatamente seguinte. Por eles (isto é, pela linguagem) se chega à imagem (o *eídolon*), terceiro degrau, e só então se sobe à ciência (*epistéme*), à inteligência (*noûs*) e à opinião verdadeira (*alethés dóxa*), que estão na alma, não possuem modo sensível de existência e, por isso, escapam ao mutável (que está no nome, que está no *lógos*, que está na imagem); aí beiram a essência imutável, verdadeira, estável, sempre idêntica a si mesma, que é a própria coisa (o *autó*). Isso quer dizer que a linguagem já supõe a existência das coisas, e nem nome, nem *lógos*, nem imagem têm nenhuma fixidez. (...) E a linguagem é, pois, algo inferior.

É o que podemos ler nas palavras do próprio filósofo (*Carta VII*, 342e):

Os quatro [fatores que conduzem ao conhecimento] manifestam tanto a qualidade quanto o ser de cada coisa *por meio da debilidade da linguagem* [*dia to tōn logōn asthenes*] [grifo meu].

Relegar a linguagem ao plano mais baixo, como o mais fraco dos instrumentos que permitem o acesso à essência verdadeira das coisas, é perfeitamente coerente com os princípios da filosofia platônica, onde o conhecimento mais importante é aquele que não pode ser apreendido pelos sentidos, mas somente pela inteligência.



Os três primeiros degraus se encontram no mundo concreto, no mundo sensível-sensual-sensorial, daquilo que pode ser apreendido pelos sentidos — ou seja, o mundo dos *fenômenos* (do grego *phainómenon*, termo derivado do verbo *phaíno*, “aparecer, revelar-se, ser perceptível”). Os dois últimos se encontram no mundo inteligível, do espírito, ao qual só se tem acesso por meio do exercício intelectual, do raciocínio, da abstração, e onde habitam as célebres Formas Ideais da filosofia platônica — ou seja, o mundo dos *númenos* (do grego *noúmenon*, particípio presente do verbo *noéo*, “pensar”, “raciocinar”), que o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) vai chamar de “coisa em si” (*das Ding an sich*). Para Platão, a realidade sensível é como a imagem, a figura, que representa, de modo imperfeito, a verdadeira essência dos objetos. É preciso ultrapassar essa cópia, essa imitação (*mimésis*), e buscar o ser autêntico das coisas. Daí a condenação que Platão faz da poesia: ela não diz a realidade das coisas, apenas a transforma em alegorias, símbolos, metáforas, por meio da linguagem que já é, em si mesma, uma cópia imperfeita do Real.

É fácil compreender por que os primeiros grandes teólogos do cristianismo se vale-ram amplamente da filosofia platônica para falar da diferença entre o reino terrestre e o reino celeste, dos atributos humanos e dos atributos divinos, entre o corpo mortal e a alma imortal etc. Já nos primórdios do cristianismo, o apóstolo Paulo, na conclusão de seu belo “Hino ao amor” (1 Coríntios 1,11-13), retomava a noção platônica da imagem imperfeita, representada no espelho, cuja visão distorcida seria corrigida pelo acesso à graça divina, obtida por meio da fé, da esperança e do amor:

<sup>12</sup> βλέπομεν γὰρ ἄρτι δι’ ἐσόπτρου ἐν αἰνίγματι, τότε δὲ πρόσωπον πρὸς πρόσωπον· ἄρτι γινώσκω ἐκ μέρους, τότε δὲ ἐπιγνώσομαι καθὼς καὶ ἐπεγνώσθην.

<sup>12</sup> Videmus enim nunc per speculum in aenigmate,  
tunc autem facie ad faciem; nunc cognosco ex parte,  
tunc autem cognoscam, sicut et cognitus sum.

<sup>12</sup> Agora, vemos em espelho, de modo enigmático;  
mas então será face a face; agora conheço só em parte;  
mas então conhecerei como sou conhecido.

(Convém lembrar, no entanto, que na época de Paulo o espelho não era feito de vidro revestido de tinta metálica, como hoje, o que permite uma imagem refletida perfeitamente idêntica ao “original”. Na antiguidade, o espelho era, em geral, um círculo de metal brilhante — como o ouro ou a prata —, liso e polido, onde as pessoas podiam se mirar, mas sem obter uma imagem perfeita. Daí a equiparação de “espelho” com “imagem distorcida”, presente no platonismo e no discurso paulino).

O importante filósofo-teólogo que foi santo Agostinho (354-430) deixa transparecer sua filiação platônica no livro intitulado *A Cidade de Deus* (*De Civitate Dei*), em que opõe a “cidade dos homens”, material, imperfeita, impura, pecadora, transitória etc., à “cidade de Deus”, transcendente, pura, perfeita, imaculada, eterna etc. (e isso muito embora ele afirmasse, após sua conversão, ter abandonado a “filosofia pagã”).

Numa de suas obras mais divulgadas, *A República*, Platão vai elaborar uma síntese de sua filosofia, síntese que se tornará um dos textos mais influentes de toda a história do Ocidente. É o famosíssimo mito da caverna, que vamos resumir a seguir:

Imagine uma grande caverna, ligada ao mundo exterior por uma passagem longa o suficiente para impedir que qualquer luz do dia penetre na própria caverna. Olhando para a parede do fundo, com as costas voltadas para a entrada, está uma fila de prisioneiros. Não só seus membros estão acorrentados como também têm seus pescoços presos, de maneira que não conseguem mover as cabeças e, portanto, não podem olhar um para o outro, nem mesmo podem ver nenhuma parte de si mesmos. Tudo o que podem ver é a parede à sua frente. Eles estão nessa situação desde sempre e não conhecem nada além dela.

Na caverna, por trás deles, existe uma grande fogueira. Sem que eles saibam, existe uma mureta da altura de um homem entre eles e a fogueira e, do outro lado dessa mureta, pessoas que passam constantemente de lá para cá, levando coisas em suas cabeças. As sombras desses objetos são projetadas na parede em frente aos prisioneiros pela luz da fogueira e as vozes das pessoas que carregam os objetos ecoam sobre a mureta e chegam aos ouvidos dos prisioneiros. Assim, as únicas entidades que os prisioneiros apreendem ou experimentam em toda a sua existência são essas sombras e esses ecos. Desse modo, seria natural para eles acreditar que sombras e ecos constituem toda a realidade que existe — e seria a essa “realidade” e à experiência que eles têm dela que toda a sua conversa se referiria.

Se um dos prisioneiros conseguisse soltar as correntes, estaria tão entevado por toda uma vida de imobilidade na penumbra que só girar o corpo já seria doloroso e incômodo para ele, assim como a fogueira ofuscaria seus olhos. Ele se acharia confuso e atordoado e desejaria dar as costas de novo e encarar a parede de sombra, a realidade que ele entende. Se fosse arrastado de uma vez para fora da caverna, para o mundo da deslumbrante luz do dia, ficaria cego e desorientado, e demoraria muito até que

conseguisse ver ou entender qualquer coisa. Mas então, quando já estivesse habituado a viver no mundo exterior, se tivesse de retornar à caverna, de novo ficaria temporariamente cego, dessa vez por causa da escuridão. E tudo o que dissesse aos outros prisioneiros sobre suas experiências seria incompreensível para aquelas pessoas cuja linguagem só teria sombras e ecos como referência.

A conclusão é que nós, seres humanos, somos como os prisioneiros da caverna: acreditamos em sombras e ecos, porque estamos presos aos nossos sentidos e à deformação da realidade que eles suscitam em nossas mentes. O dualismo aqui é evidente: caverna/luz do dia; sensação/cognição; ilusão/realidade etc.

Muito curioso é verificar que a filosofia platônica tem uma série de pontos em comum com o **budismo**, doutrina religioso-filosófica elaborada por Sidarta Gotama (563?-483? a.C.), o Buda (“Iluminado”), que viveu na Índia no século imediatamente anterior a Platão. O budismo também rejeita a materialidade das coisas, promove a negação dos sentidos e das ilusões da percepção sensorial, preconiza a rejeição do corpóreo, em busca da libertação dos sentidos, da supressão do desejo e da consciência individual (*Nirvana*). Buda e Platão professam a doutrina da reencarnação (que no platonismo se chama *metempsychose*), isto é, a possibilidade de uma alma humana (imortal) voltar a ocupar um corpo mortal para prosseguir em sua busca pela inteligência absoluta e total. Se existiu alguma conexão entre Platão e o budismo é algo que dificilmente poderemos descobrir.

## 1.2 PLATONISMO NA LINGUÍSTICA: GRAMÁTICA TRADICIONAL

A oposição fundamental da filosofia platônica — sensível *vs.* inteligível — se traduz também na oposição entre *corpo* e *alma*. A partir daí, podemos elencar uma série quase interminável de pares opostos que têm surgido e prosperado no pensamento ocidental:

- ▶ abstrato/concreto
- ▶ consciente/inconsciente
- ▶ divino/humano
- ▶ essência/aparência
- ▶ eterno/efêmero
- ▶ filogênese/ontogênese
- ▶ forma/substância
- ▶ ideia/matéria
- ▶ imanente/transcendente
- ▶ imortal/mortal

- ▶ imutável/mutável
- ▶ mente/extensão (Descartes)
- ▶ metafísico/físico
- ▶ natureza/cultura
- ▶ objetivo/subjetivo
- ▶ racional/irracional
- ▶ racionalismo/empirismo
- ▶ razão/emoção
- ▶ realismo/nominalismo (filosofia medieval)
- ▶ sagrado/profano
- ▶ social/individual
- ▶ universal/particular
- ▶ virtual/real
- ▶ etc.

Com o advento do cristianismo e sua propagação por todo o Ocidente, cada um desses pares também recebeu uma dupla carga de avaliação: positiva (para o que é divino, racional, sagrado, eterno, universal etc.) e negativa (para o outro elemento do par). Daí para a oposição maniqueísta tradicional entre bem e mal nem foi preciso dar um passo. E, é claro, numa religião que herdou a misoginia (aversão à mulher) do judaísmo, convém também incluir o par masculino (positivo) vs. feminino (negativo). De fato, desde sempre no cristianismo as mulheres só tinham dois modelos nos quais basear sua existência: o da santa e o da meretriz ou, pior ainda, o da meretriz que se tornou santa (Maria Madalena, Maria Egípcíaca, Taís).

Inevitavelmente, as dicotomias de inspiração platônica também exerceram sua pesada influência sobre os estudos da linguagem. Desde o surgimento da tradição gramatical entre os filólogos alexandrinos do século III a.C. até algumas das escolas teóricas da linguística do século XX, o mito da caverna tem ressurgido — aberta ou veladamente e sob as mais diversas formas e figuras — na abordagem filosófica e científica dessa impressionante faculdade humana que é a linguagem.

A própria separação entre *linguagem* (universal) e *língua* (idioma particular), tão imprregnada nas ciências linguísticas, é sintomática dessa filiação platônica.

Já na constituição da gramática tradicional, doutrina que norteia até hoje tantas discussões sobre as línguas e principalmente o seu ensino, as dicotomias se manifestaram. Para os filólogos alexandrinos, a oposição crucial se dava entre *fala* e *escrita*. Para eles, grandes admiradores da produção literária do passado glorioso da Grécia clássica, somente a *língua escrita literária* merecia atenção, análise, descrição e teorização, e somente ela poderia servir de base para a *prescrição* de normas do “bem falar” e do “bem escrever”. Nessa visão, a fala era caótica e desregrada, o lugar do erro e do equívoco, enquanto a escrita (concebida como algo homogêneo) era límpida e

regulada. Ao fazer isso, eles incorreram num equívoco fundamental: a comparação entre duas entidades sociolinguísticas completamente distintas:

1. a língua falada espontânea no cotidiano da Alexandria do século III a.C.;
2. a língua escrita literária da Atenas do século V a.C.

Temos aqui uma análise distorcida, resultante de três confusões:

1. a confusão de *registro de modalidade* (fala espontânea/escrita monitorada);
2. a confusão *temporal* (século V/século III a.C.);
3. a confusão *espacial* (Atenas, Grécia, Europa/Alexandria, Egito, África).

Ora, não se pode confundir a fala espontânea com a escrita literária, monitorada. Não estamos aqui defendendo a rígida separação entre fala e escrita (que vamos negar veementemente em [►196]), mas sim a impossibilidade de comparar *registros, estilos de uso, gêneros discursivos* completamente diferentes.

Com isso, os alexandrinos definiriam os rumos dos estudos gramaticais e da pedagogia das línguas por mais de dois mil anos. Acreditando na perfeição irrefutável da língua escrita literária, eles vão criar, com base nela, um modelo ideal de “língua correta”, que deveria servir de meta a ser alcançada por todo cidadão (cidadão mesmo, no masculino, pois só os homens tinham direito à educação e à cultura letrada naqueles tempos... e em muitos lugares até hoje!). Assim, toda a língua falada e os demais usos possíveis da língua escrita foram considerados como “prisioneiros da caverna”, enquanto essa *norma-padrão* idealizada (e a noção de *ideal* aqui não é gratuita) seria a “língua” em sua essência mais pura, inteligível somente pelas mentes mais brilhantes e dispostas a abandonar a escuridão. Nem é preciso dizer que aí está a origem das noções de *certo e errado* (mais um dualismo) que tanto estrago têm feito ao longo da história da humanidade.

### 1.3 PLATONISMO ESTRUTURALISTA: SAUSSURE

Quando, no início do século XX, através da divulgação de ideias atribuídas ao linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), foram criadas as bases da escola teórica que passaria a se chamar *estruturalismo*, ali também se optou pelas dicotomias, todas de inspiração nitidamente platônica, uma vez que em cada par tinha uma entidade concreta/empírica/perceptível, oposta a uma entidade abstrata/dedutível/idealizável:

LÍNGUA (LANGUE)	FALA (PAROLE)
Sistema abstrato, homogêneo, composto de todas as realizações potenciais de expressão, formado por unidades que se opõem entre si, compartilhado por todos os falantes de um grupo social; é invariável pois não pode ser alterado por nenhum falante individual.	Manifestações individuais, particulares, heterogêneas, das potencialidades do sistema; apresenta variação, mas essa variação não prejudica a intercompreensão dos falantes, uma vez que todos eles reconhecem que, por trás das formas variantes, existe, num nível mais abstrato, uma forma comum, geral.
SIGNIFICADO	SIGNIFICANTE
Conceito abstrato, ideia na mente, representação cognitiva compartilhada universalmente por todos os seres humanos dotados de linguagem.	Realização audível de um conceito abstrato, variável de uma língua para outra; por exemplo, a noção de 'árvore' se manifesta como <i>arbor</i> , <i>dendron</i> , <i>Baum</i> , <i>'mbira</i> , <i>tree</i> em latim, grego, alemão, tupi e inglês, respectivamente.
SINCRONIA	DIACRONIA
Estado do sistema linguístico num dado momento histórico; a sincronia é um construto teórico, feito com base nas deduções operadas pelo linguista.	Estudo da língua ao longo do tempo, observando seus diferentes estados, seus processos de mudança, documentados em textos escritos.
PARADIGMA	SINTAGMA
Repertório virtual de signos que o falante pode ativar para dele escolher os elementos na hora de se expressar.	Encadeamento concreto de signos na cadeia falada; reunião de signos decorrente dos processos mentais de seleção dentro do paradigma.

Ao traçar suas dicotomias, Saussure (ou o que nos chegou dele por meio de seus alunos) faz opções explícitas: a linguística que ele quer definir como uma ciência autônoma tem de se ocupar da *langue*, do sistema virtual, e não da *parole*, das falas individuais; tem de dar primazia absoluta à *sincronia*, o estado atual da língua, tal como os falantes de agora a conhecem e a empregam, sem que para descrever essa sincronia seja necessário recorrer ao estudo do passado da língua. Saussure, usando a metáfora do xadrez, muito recorrente em seu discurso, dizia que o importante é estudar o jogo tal como ele se apresenta num dado momento, as relações entre as peças tal como colocadas aqui e agora, e não procurar saber que sequência de lances permitiu que a partida assumisse o aspecto que tem aqui nesse instante — como o jogador conhece as regras do jogo, pode entender a situação atual do tabuleiro, do modo como ela se apresenta; da mesma forma, um falante da língua, conhecedor de suas regras, não precisa conhecer as origens do idioma para usá-lo. Recorrendo a uma metáfora mais contemporânea, poderíamos dizer que para Saussure a língua era como um programa de computador em sua versão mais nova: as pessoas podem muito bem aprender a usar esse programa, conhecer o funcionamento dele, sem precisar saber o que ele tem de novo ou diferente com relação às suas diversas versões passadas.

A linguística estrutural, inaugurada por Saussure, vai propor, então, um conceito de *língua* como uma *entidade autônoma*, um sistema fechado em si mesmo, que pode ser estudado sem se levar em conta qualquer interferência histórica, social, cultural etc. Como é fácil depreender pela tabela acima, as entidades da coluna da esquerda pertencem ao plano do *inteligível*, do *dedutível* a partir de abstrações, enquanto as da direita estão confinadas à caverna do sensorial, do audível, do articulável.

É graças a essa visão da “língua em si mesma e para si mesma” que o estruturalismo pôde elaborar conceitos como os de *fonema*, *morfema*, *sema* e *lexema*, que não se referem a nenhuma entidade física, a nenhum dado concreto da realidade, mas a unidades abstratas, componentes do *sistema* — igualmente abstrato e virtual — que seria uma língua.

Esse recurso à abstração é que torna tão difícil para os estudantes novatos de linguística a compreensão, por exemplo, do conceito de *fonema*. Tão difícil que muitos saem da faculdade diplomados sem serem capazes de explicar o conceito ou, pior, definindo fonema como “som da língua”, equívoco teórico que se apresenta abundantemente nos livros didáticos disponíveis no mercado.

Embora o conceito de fonema esteja sendo abandonado por um número cada vez maior de estudiosos da fonética, convém entender o que está em jogo aqui para apreendermos o platonismo impregnado no estruturalismo. Se sairmos de gravador em punho Brasil afora e registrarmos o modo como as pessoas pronunciam a segunda consoante da palavra escrita MARÇO, vamos encontrar um leque de pronúncias diferentes: uma vibração simples com a ponta da língua; uma vibração múltipla com a ponta da língua ou com o fundo da garganta; uma aspiração forte, uvular; uma aspiração mais fraca, gutural; uma aspiração ainda mais fraca; uma retroflexão (o “R caipira”); uma quase vocalização (algo como “maïço”); e até mesmo uma realização zero (algo como “maço”), entre outras. Para cada uma dessas pronúncias a fonética científica criou um símbolo, que usamos (internacionalmente, aliás) para transcrever esses sons: [r], [x], [ɹ], [R], [ʀ], [h], [ɻ] etc. Esses, sim, são “sons da língua”, mas não são *fonemas*! A ciência fonética vai dizer que eles são *fones* (ou, numa outra perspectiva, *alofones*).

E o que é um *fonema*, então? Aqui, passamos do nível do concreto, do gravável, do audível e do pronunciável — ou seja, da caverna de Platão — para o nível do abstrato, do apenas teorizável, para o mundo das formas puras. Os linguistas estruturalistas faziam a seguinte reflexão: todos esses diferentes *fones* (sons) não impedem que os falantes da língua reconheçam que se trata de uma mesma palavra, que se escreve oficialmente MARÇO e que significa, para todos eles, “o terceiro mês do ano”. Com base nessa reflexão, os linguistas concluíam: “Então, existe no português brasileiro um *fonema* /r/ que pode se materializar, concretamente, como os sons [r], [x], [ɹ], [R], [ʀ], [h], [ɻ] etc.” Observe que o fonema, entidade abstrata, vem representado entre barras oblíquas, enquanto os fones, sons de fato, são representados entre colchetes.

Na linguística estrutural, o sistema é composto de elementos que se *opõem*, que se *distinguem* uns dos outros. No nível fonológico (ou fonêmico), essa distinção será *semântica*, isto é, tomará como base o *significado* que os elementos em oposição têm para os falantes da língua (e não o *significante*). Assim, o fonema /s/ (presente em MARÇO) se distingue do fonema /ʃ/ que representamos na escrita com CH em MARCHO (do verbo *marchar*), por exemplo. Uma vez que todo falante da língua reconhece significados diferentes para *março* e *marcho*, podemos dizer que a oposição /s/ ≠ /ʃ/ se dá, aqui, no nível fonêmico. *Março* e *marcho* formam, então, o que se chama de *par mínimo*, isto é, uma dupla de palavras que se distinguem apenas por um único *fonema*. No entanto, a diferença entre a pronúncia ['baʃta] e a pronúncia ['basta] para o que se escreve BASTA não implica em mudança de significado — aqui, estamos no nível fonético e, portanto, [ʃ] e [s] não são fonemas, mas alofones do fonema /s/.

Para refinar (e complicar) um pouco mais: se um carioca pronuncia a palavra TIA como ['tʃia] e um pernambucano como ['tia] (sem “chiado”), essa diferença apenas no nível do *significante*, por não envolver mudança de *significado*, também não está no nível *fonológico*, mas apenas no nível *fonético* (no nível dos sons da língua, dos fonemas). Por isso, a fonologia estruturalista diz que não existe o fonema /tʃ/ em português (mas em inglês, sim, porque ele serve para distinguir palavras diferentes, como *cash* e *catch*; assim como em espanhol, com pares mínimos como *gato* e *gacho*).

Uma outra definição possível é a que identifica o *fonema* como uma *classe de sons*. Assim, retomando nosso exemplo, os sons [r], [x], [ɹ], [R], [ʁ] etc. formam uma classe de sons: o fonema /r/.

Apesar de ter sido de grande valia para o entendimento do funcionamento da língua falada, a noção de *fonema* aos poucos foi se revelando problemática, justamente por causa de sua elevada dose de abstração, e hoje, como dissemos, já é descartada por muitos estudiosos da fonologia.

## 1.4 PLATONISMO GERATIVISTA: CHOMSKY

O linguista americano Noam Chomsky (n. 1928), que também é um destacado ativista político de combate ao imperialismo de seu país e à opressão que os Estados Unidos exercem sobre o resto do mundo, é o fundador de uma escola teórica extremamente influente conhecida como *gerativismo* ou *gramática gerativo-transformacional*. Declarando-se herdeiro do racionalismo de Descartes (a ponto de chamar sua teoria de *linguística cartesiana*), Chomsky se diferencia de Saussure num aspecto fundamental: enquanto o linguista suíço abstraía suas entidades virtuais de um mundo que ele chamava de *social* (mas, de fato, uma sociedade esquemática, abstrata), Chomsky se vincula à *psicologia cognitiva* e traça suas dicotomias separando o que se processa no cérebro do falante e o que se expressa concretamente na

realização falada. A cada tantos anos, Chomsky abandona alguns conceitos, propõe outros, constrói e reconstrói seu edifício teórico. Mesmo assim, o mecanismo epistemológico que ele emprega nessas (des)(re)construções é sempre o da dicotomia. Alguns de seus conceitos mais conhecidos são:

ESTRUTURA PROFUNDA	ESTRUTURA SUPERFICIAL
<p>A estrutura profunda de uma expressão linguística é um construto teórico que tenta unificar diversas estruturas relacionadas. Por exemplo, as frases "Ernesto ama Célia" e "Célia é amada por Ernesto" significam, <i>grosso modo</i>, a mesma coisa e usam palavras semelhantes. Chomsky postulava que essas duas frases são <i>formas superficiais</i> diferentes geradas por uma <i>estrutura profunda</i> comum. Em versões posteriores de sua teoria, ele vai abandonar essa dicotomia inicial.</p>	
COMPETÊNCIA	DESEMPENHO
<p>A competência é o sistema de conhecimento linguístico que os falantes nativos de uma língua dominam. É o conhecimento que torna possível aos falantes produzir e entender um número infinito de frases em sua língua, capacitando-os a distinguir a <i>gramaticalidade</i> e a <i>agramaticalidade</i> de um enunciado em sua língua, isto é, de reconhecer se determinado enunciado está ou não bem formado segundo as regras da língua. Tal como a <i>langue</i> de Saussure, a competência de Chomsky é dedutível, é um construto teórico, e não temos acesso direto a ela. Quanto ao uso que os falantes fazem dessa competência, ele é definido por Chomsky como <i>desempenho</i> (<i>performance</i>). A linguística chomskiana é, portanto, uma tentativa de descrever (deduzir) essa competência a partir dos dados fornecidos pelo desempenho.</p>	
PRINCÍPIOS	PARÂMETROS
<p>Em versão mais recente da teoria chomskiana, todas as línguas humanas apresentam <i>princípios</i> (<i>universais</i>) que se manifestam em cada língua na forma de <i>parâmetros</i> (<i>particulares</i>). Por exemplo, o princípio de <i>sujeito</i> é comum a todas as línguas, mas cada uma realiza esse princípio conforme <i>parâmetros</i> específicos: em algumas línguas, como o inglês, o sujeito se expressa por um pronome, obrigatoriamente; em outras, como o latim clássico, o sujeito vem expresso nas flexões verbais: <b>amo</b>, <b>amas</b>, <b>amat</b>, <b>amamus</b>, <b>amatis</b>, <b>amant</b>. Assim, quando uma língua deixa de expressar o sujeito somente pela flexão e passa a empregar obrigatoriamente os pronomes pessoais, diz-se que ela sofreu uma <i>mudança paramétrica</i>. Aqui a oposição de fundo é <i>universal x particular</i>.</p>	
LÍNGUA-I	LÍNGUA-E
<p>Distinção semelhante, mas não idêntica, à de competência e desempenho. As letras I e E se referem, respectivamente, a "<i>interna</i>"/"<i>intensional</i>" e "<i>externa</i>"/"<i>extensional</i>". A Língua-I é tomada como o objeto de estudo da linguística teórica; ela é o conhecimento linguístico mentalmente representado que um falante nativo da língua detém, sendo portanto um objeto mental. Com isso, a linguística se torna um ramo da psicologia. A Língua-E abarca todas as demais noções do que seja uma língua. A Língua-I, como objeto mental, é tudo o que interessaria a uma teoria linguística.</p>	

A filiação de Chomsky à filosofia dualista platônica (e cartesiana) se evidencia em sua tentativa de resolver o que ele mesmo batizou de **problema de Platão**, isto é, a grande lacuna que existe entre *conhecimento* e *experiência* (mais uma dicotomia). A pergunta envolvida aqui é: como formamos o nosso conhecimento, que é tão poderoso, a partir de poucas experiências e dos poucos dados fornecidos pelo nosso ambiente? É o que o gerativismo chama de "axioma da pobreza de estímulo". Como

uma criança pequena consegue, a partir de certa idade, produzir e compreender uma infinidade de construções linguísticas às quais ela jamais foi exposta?

No diálogo *Mênon*, de Platão, a resposta está na natureza *inata* do conhecimento, que deriva do fato de cada alma humana já trazer, de suas vidas passadas, lembranças do que aprendeu: é o que se chama de *anamnese*. De fato, para o platonismo não existe propriamente *conhecimento*, mas *re-conhecimento*, uma vez que as almas, antes de ocuparem corpos terrenos, habitaram o chamado Mundo das Ideias, onde todo o conhecimento é límpido, total e perfeito. Ao ocupar corpos humanos, materiais, as almas foram perdendo esse conhecimento total, que no entanto se manifesta quando elas são submetidas ao processo de anamnese, ou seja, de resgate da memória, como faz o mestre de Platão, Sócrates, no *Mênon*, ao mostrar que um menino iletrado conhecia os princípios básicos da geometria.

Para Chomsky, a resposta é semelhante, mas está no campo da **biologia**: a linguagem é uma faculdade *inata*, quer dizer, presente na nossa própria composição genética, de modo que nosso cérebro já vem programado para processar os poucos dados fornecidos pelo ambiente e, a partir deles, organizar em nossa mente toda a gramática de nossa língua. Para Chomsky, a metáfora do computador parece a mais adequada: já nascemos dotados de um *hardware* (que ele chama de gramática universal) que, para funcionar, só precisa de um *software*, de um programa operacional, fornecido pela língua falada no ambiente em que a criança nasce e é criada. Essa visão mecanicista da cognição humana tem sido duramente criticada nas últimas décadas.

A filiação de Chomsky à epistemologia dos filósofos gregos antigos é explicitada pelo próprio autor ao escrever (1975: 3-4):

Uma das razões para estudar a linguagem — e para mim, pessoalmente, a mais premente delas — é o fato de ser tentador considerar a linguagem como um “espelho da mente”, segundo a locução tradicional. Com isso não quero dizer simplesmente que os conceitos expressos e as distinções desenvolvidas na linguagem normal nos revelam os modelos de pensamento e de universo do “senso comum”, construídos pela mente humana. Mais intrigante ainda, pelo menos para mim, é a possibilidade de podermos descobrir, ao estudar a linguagem, princípios abstratos que são universais por necessidade biológica e não por simples acidente histórico, e que derivam de características mentais da espécie.

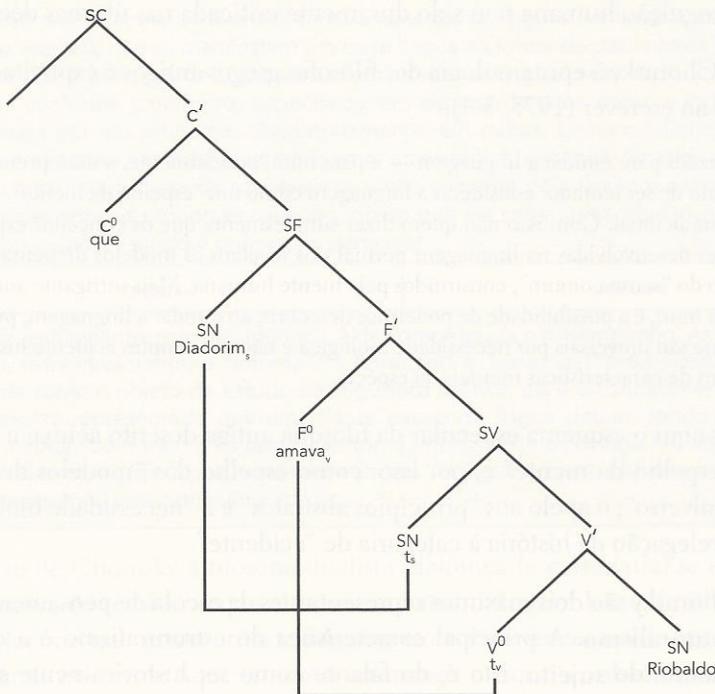
Encontramos aqui o esquema especular da filosofia antiga descrito acima: a linguagem como “espelho da mente” e, por isso, como espelho dos “modelos de pensamento e de universo”; o apelo aos “princípios abstratos” e à “necessidade biológica”, junto com a rejeição da história à categoria de “acidente”.

Saussure e Chomsky são dois máximos representantes da escola de pensamento chamada de **estruturalismo**. A principal característica do estruturalismo é a desconsideração absoluta do sujeito, isto é, do falante como ser historicamente situado, membro de uma sociedade, participante de uma cultura, dotado de vontade política e capacidade de ação e decisão.

Os estruturalismos são também **formalistas**, na medida em que não se interessam pelo que é material, concreto, empiricamente coletável, etc., e concentram seus esforços na construção de um sistema abstrato, *formalizado* em regras. Saussure, por exemplo, traça uma diferença entre *forma* e *substância* que pode ser considerada como a ancestral longínqua da dicotomia *princípios e parâmetros* de Chomsky. Não por acaso, a linguística estruturalista vai eleger a *forma* como seu objeto de estudo e não a substância. E também não é por acaso que a palavra *forma* foi escolhida aqui, uma vez que, no *platonismo*, *forma* é “cada uma das realidades transcendentais que contêm a essência imaterial dos objetos concretos, realidades captáveis somente pelo intelecto que supera as impressões sensíveis (o mesmo que arquétipo ou ideia)” (*Houaiss*). O *arquétipo* platônico é o antepassado da *regra*, tal como entendida na gramática gerativa.

Para Chomsky, todo falante de uma língua é perfeito conhecedor de sua gramática, de modo que o linguista não precisa sair a campo coletando dados do uso: ele pode se servir de sua própria intuição linguística para deduzir as regras que põem sua língua em funcionamento.

A formalização de regras chega a seu extremo com o gerativismo chomskiano que, como já foi dito, concebe a linguagem humana como um código computacional, que pode ser descrito por meio de regras muito semelhantes às expressões matemáticas ou, mais precisamente, a sistemas de rede computacionais (não por acaso, essas formalizações são classificadas como pertencentes a uma **linguística computacional**):



Subida do sujeito para a posição de especificador de SC (sintagma complementizador) (reproduzido de Berlinck, Augusto e Scher, in Mussalim e Bentes, 2001: 218).

Uma das principais críticas dirigidas à gramática gerativa é seu apego exclusivo à *sintaxe*, às frases isoladas, como se elas fossem suficientes para explicar toda a complexidade da linguagem humana. E, de forma ainda mais reducionista, a uma sintaxe que independe de todo processo de interação social, que desconsidera a natureza primordialmente *discursiva* e *dialógica* da linguagem, uma faculdade humana que existe para conferir sentido à experiência e, com base nela, produzir conhecimento e interagir com os demais seres humanos. Não surpreende, portanto, que Chomsky trabalhe no MIT (Massachusetts Institute of Technology), o mais importante centro mundial de pesquisa tecnológica: a *língua* com a qual ele trabalha é um objeto altamente esquemático e regular, sem comprovação empírica na realidade dos usos — tanto quanto a matemática, a linguística chomskiana busca um rigor axiomático que não se aplica à linguagem humana natural.

Podemos fazer à linguística chomskiana a mesma pergunta que foi feita a Albert Einstein sobre a matemática: “Como é que a matemática, sendo afinal de contas um produto do pensamento humano, independente da experiência, é tão admiravelmente apropriada aos objetos da realidade?” E oferecer a essa pergunta a mesma resposta dada pelo mesmo Einstein: “Na medida em que se referem à realidade, as leis da matemática [*e da linguística chomskiana*] não admitem certeza; e na medida em que admitem certeza, elas não se referem à realidade”.

A recusa da linguística gerativa em considerar a experiência do falante como ser social e historicamente situado é explicitada pelo próprio Chomsky numa de suas citações mais famosas:

A teoria linguística se interessa primordialmente por um falante-ouvinte ideal, numa comunidade de fala completamente homogênea, que conhece sua língua perfeitamente e não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e interesse, e erros (aleatórios ou característicos) ao aplicar seu conhecimento da língua no desempenho real (Chomsky, 1965: 3-5).

Com isso, a teoria chomskiana adquire um ar “místico”, na medida em que — assim como na filosofia platônica — a *língua*, tal como o gerativismo a entende, não pertence ao mundo do sensível, do audível, do legível, mas a uma esfera transcendente, a um Mundo das Ideias (e é de *ideia* que vem *ideal* em “falante ideal”) habitado pelas Formas perfeitas do platonismo. Há autores que vêm denunciando alguns dos postulados centrais do gerativismo — sobretudo a gramática universal e o inatismo da linguagem — como mitos. Christiansen e Chater (2008: 1), por exemplo, escrevem:

Supõe-se amplamente que o aprendizado humano e a estrutura das línguas humanas sejam intimamente relacionados. Sugere-se com frequência que essa relação derive de uma específica dotação biológica para a linguagem, a qual codifica princípios da estrutura linguística universais, mas comunicativamente arbitrários (uma gramática universal ou GU). Como essa GU poderia ter evoluído? Afirmamos que a GU não poderia ter emergido nem por adaptação biológica nem por processos genéticos não adaptativos, resultando num *problema lógico da*

*evolução da linguagem.* Especificamente, na medida em que os processos de mudança linguística são muito mais rápidos do que os processos de mudança genética, a linguagem constitui um “alvo móvel” tanto ao longo do tempo quanto entre as diferentes populações humanas e, por conseguinte, ela não tem como oferecer um ambiente estável ao qual os genes da linguagem poderiam ter se adaptado. Concluímos que uma *CU* biologicamente determinada não é viável do ponto de vista evolutivo. Em vez disso, a motivação original para a *CU* — a mescla entre aprendiz e línguas — emerge porque a linguagem tem sido moldada para se adequar ao cérebro humano, e não vice-versa. Acompanhando Darwin, consideramos a linguagem mesma como um “organismo” complexo e interdependente, que evolui sob pressões seletivas a partir do aprendizado humano e dos mecanismos de processamento. Ou seja, as línguas mesmas são moldadas por severa pressão seletiva da parte de cada geração de usuários e aprendizes da língua. Isso sugere que aspectos aparentemente arbitrários da estrutura linguística podem resultar de vieses gerais no aprendizado e no processamento, derivando da estrutura dos processos de pensamento, de fatores perceptomotores, de limitações cognitivas e da pragmática.

Por sua vez, Evans e Levinson (2009: 429) afirmam:

As línguas são muito mais diversas em estrutura do que os cientistas cognitivos em geral reconhecem. Uma suposição amplamente difundida entre os cientistas cognitivos, derivada da tradição gerativista na linguística, é a de que todas as línguas são parecidas com o inglês, mas com sistemas sonoros e vocabulários diferentes. O quadro verdadeiro é muito diferente: as línguas diferem tão fundamentalmente uma da outra em cada nível de descrição (som, gramática, léxico, significado) que é difícil encontrar uma única propriedade estrutural sequer que elas compartilhem. As defesas da gramática universal, argumentamos aqui, são ou empiricamente falsas, não falsificáveis ou enganadoras ao se referirem a tendências mais do que a universais estritos. As diferenças estruturais deveriam, ao contrário, ser aceitas pelo que são e integradas numa nova abordagem da linguagem e da cognição que coloque a diversidade no centro do palco.

É muito grave essa concepção errônea de que as diferenças entre as línguas são meramente superficiais e de que podem ser resolvidas postulando-se um nível formal mais abstrato no qual desaparecem as diferenças entre as línguas individuais: ela hoje permeia muito do trabalho que se faz em psicolinguística, em teorias da evolução linguística, aquisição de linguagem, neurocognição, análise sintática e reconhecimento de fala, e praticamente em todos os ramos das ciências cognitivas (p. 429).

Quanto à ideia de *universais linguísticos*, Michael Tomasello (2003: 18-19) afirma:

É claro que existem universais linguísticos. Só que não são universais de forma — isto é, não são tipos particulares de símbolos linguísticos, categorias gramaticais ou construções sintáticas — porém, bem mais, são universais de comunicação, cognição e fisiologia humana. Uma vez que todas as línguas são usadas por seres humanos com vidas sociais semelhantes, todas as pessoas têm a necessidade de resolver em suas línguas certos tipos de tarefas comunicativas, tais como referir-se a entidades específicas ou pregar coisas sobre essas entidades. Todos os seres humanos têm também as mesmas ferramentas básicas para realizar tais tarefas — símbolos linguísticos, marcadores sobre esses símbolos, ordenação de símbolos, padrões prosódicos, e certos processos recorrentes de gramaticalização. É isso que leva a alguns universais linguísticos: dispor, por exemplo, de nomes e verbos para a expressão da referência e da predicação. Tais universais são fenômenos emergentes, fundados, em última instância, nos universais da cognição humana, das necessidades comunicativas humanas, do processamento vocoauditório humano [...]

Outro problema central da gramática gerativa é o fato de ter sido concebida por um falante nativo do *inglês americano urbano de prestígio*, de modo que seus postulados e suas técnicas de análise decorrem em grande medida desse fato — social e histórico. Com toda probabilidade, se Chomsky fosse falante de basco, malaio ou japonês, sua teoria apresentaria uma aparência totalmente diversa. Por isso, muitas das classificações de *agramaticalidade* (inaceitabilidade) aplicadas a determinadas construções do inglês decorrem do fato, banal, dessas construções não pertencerem à variedade falada pelo linguista. Por isso, Evans e Levinson não hesitam em denunciar o *etnocentrismo* dessas concepções:

Como surgiu essa difundida concepção errônea de uniformidade linguística? Em parte, ela pode ser atribuída simplesmente ao etnocentrismo — a maioria dos cientistas cognitivos, linguistas incluídos, falam somente as línguas europeias mais conhecidas, todas elas aparentadas na estrutura (p. 430).

Podemos dizer então do gerativismo o que É. Benveniste disse acerca da lógica aristotélica: é toda baseada nas *estruturas gramaticais da língua grega* — se Aristóteles falasse outra língua, com regras gramaticais bem diferentes das do grego, os postulados de sua lógica seriam também inteiramente outros. Isso deixa claro que, desde seu aparecimento, a *lógica*, como disciplina, é que esteve sujeita ao funcionamento da língua, e não o contrário — embora tanta gente teime em analisar a língua pela ótica da lógica clássica.

A essa preponderância do *formal* vão se opor diversos pensadores ao longo do século XX, que se esforçarão por incluir na linguística o uso real da língua por parte dos falantes e a perspectiva teórica de que a linguagem tem uma *função* (bem como um *funcionamento*) eminentemente *sociocultural* e *sociocognitiva*, coerente com a própria natureza social e gregária do ser humano, que Aristóteles já tinha definido como *zôon politikon*, “animal político”.

Alguns fatores históricos explicam o sucesso da linguística estruturalista na primeira metade do século XX. Podemos começar mencionando um forte sentimento *anti-germânico* que imperava na Europa no final do século XIX e início do XX, decorrente das pretensões expansionistas da Alemanha e que culminaram na eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918). Por isso é que, ao término da II Guerra Mundial (1945), Saussure começou a ser considerado como o “pai da linguística moderna”, um título que até hoje os linguistas alemães se recusam a atribuir ao pensador suíço, uma vez que é perfeitamente possível vincular as origens da linguística moderna ao trabalho dos comparatistas e dos neogramáticos, fundadores da linguística histórica, cujos nomes mais importantes são todos alemães: August von Schlegel (1767-1845), Friedrich Diez (1794-1876), os irmãos Jacob (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859), Franz Bopp (1791-1867), August Schleicher (1821-1868), August Leskien (1840-1916), Hugo Schuchardt (1842-1927), Berthold Delbrück (1862-1922), Hermann Paul (1846-1921), Hermann Osthoff (1847-1909), Karl Brugmann (1849-1919), Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936), entre tantos outros.

Muitos desses filólogos e linguistas são, reconhecidamente ou não, devedores dos trabalhos pioneiros do dinamarquês **Rasmus Rask** (1787-1832), talvez o verdadeiro merecedor do título de fundador da ciência linguística moderna, com suas intuições brilhantes e suas pesquisas de campo, absolutamente inovadoras para a época, em que os filólogos se limitavam a pesquisas de gabinete, debruçados sobre os manuscritos antigos.

Rask empreendeu expedições científicas para investigar as línguas faladas na Suécia, Finlândia, Rússia, Tartária, Pérsia, Índia, Ceilão... Escreveu seus trabalhos em dinamarquês, sueco, alemão e inglês. Publicou gramáticas de línguas como o espanhol, o anglo-saxão, o frisio, o zende, o italiano, o sami. Foi o primeiro a postular um parentesco entre as diferentes línguas da Europa. Perto do fim da vida, dominava mais de vinte e cinco línguas e dialetos, tendo se dedicado ao estudo aprofundado do dobro disso. Foi o precursor das hipóteses que mais tarde receberiam o nome de “leis de Grimm”, sobre a mudança fonética, tendo comparado apenas o teutônico e o grego. Desse modo, foi o pioneiro dos trabalhos que, logo adiante, levariam ao estabelecimento definitivo da família indo-europeia.

O grupo de linguistas denominados **neogramáticos** (tradução inadequada do alemão *Junggrammatiker*, “jovens gramáticos”) se formou e atuou na cidade alemã de Leipzig. Ora, foi precisamente em Leipzig que Saussure estudou e onde obteve seu grau de doutor. Também estudou em Berlim, antes de retornar a sua Genebra natal para dar seus famosos cursos. Sua formação, portanto, se fez toda na Alemanha, nas escolas de pensamento linguístico que predominavam naquele país. Sua suposta “rebelião” contra a linguística histórica e a favor de uma linguística obsessivamente sincrônica não esconde, no fundo, sua dependência e sua dívida para com seus mestres alemães<sup>1</sup>. Tanto quanto o estruturalismo saussuriano define a língua como um objeto autônomo, independente dos indivíduos que a falam, também os neogramáticos concebiam, por exemplo, o sistema fonológico das línguas como sujeitos a “leis” que eram seguidas “cegamente” por esse mesmo sistema, considerado totalmente desvinculado dos demais níveis (morfológico e sintático) da língua e, portanto, desvinculado dos seres vivos, históricos e sociais que falam essa língua. Nas palavras de Osthoff e Brugmann (1878: xiii):

Toda mudança fonética, *na medida em que se realiza mecanicamente e por si mesma*, ocorre segundo *leis sem exceção*, isto é, a evolução dos sons é sempre a mesma em todos os membros de uma comunidade linguística [...] [grifos meus].

<sup>1</sup> É sempre necessário recordar que o livro atribuído a Saussure, *Cours de linguistique générale* (*Curso de linguística geral*), foi publicado em 1916, três anos após a morte do linguista, com base em anotações de seus discípulos Bally e Sechehaye. Assim, o que temos é, de fato, uma espécie de “evangelho” saussuriano, que não foi escrito por ele, mas por seus seguidores. Por isso, quando se fala de “ideias saussurianas”, “teorias saussurianas”, “conceitos saussurianos” etc., o que está em jogo é o discurso presente no *Curso* que não pode ser vinculado estrita e diretamente ao mestre de Genebra. Além disso, foi publicado em 2002 um livro intitulado *Écrits de linguistique générale* (*Escritos de linguística geral*) com manuscritos inéditos de Saussure, com alguns trechos que põem em dúvida certas asserções categóricas presentes no *Curso*.

Outro fator histórico importante para o florescimento e desenvolvimento do estruturalismo na linguística ocidental foi a Revolução Russa de 1917 e, mais adiante, a ditadura stalinista, que fecharam a União Soviética em si mesma e impediram que as teorias científicas produzidas por lá fossem divulgadas em outros países. Se a linguística moderna tivesse entrado em contato, já nos anos 1920, com a filosofia da linguagem e a psicologia produzidas na União Soviética, certamente os rumos dos estudos sobre as línguas teriam sido bem diferentes. Postulados que só surgiriam no Ocidente a partir dos anos 1950 e, como no caso da sociolinguística, nos anos 1960, já tinham sido lançados por pensadores russos algumas décadas antes. É o que vamos ver a seguir.

## 1.5 VOLÓSHINOV: CONTRA O DUALISMO NA LINGUAGEM

Valentin Nikolaévitch Volóshinov [Валентин Николаевич Волóшинов] nasceu em 1895 e morreu (de tuberculose) em 1936. Pertenceu ao famoso círculo de intelectuais que se reunia em torno do filósofo Mikhail Bakhtin (1895-1975). Muitos dos membros do círculo sofreram com a perseguição promovida pelo stalinismo a partir dos anos 1930. Assim, por exemplo, o crítico literário Pavel N. Medvedev (1892-1938) foi preso e “desapareceu” para sempre. O próprio Bakhtin foi condenado a trabalhos forçados na Sibéria. No entanto, como tinha a saúde já muito debilitada, sua pena foi comutada em exílio interno numa cidade obscura do interior. Durante algumas décadas, obras de autoria de Volóshinov e de Medvedev foram atribuídas a Bakhtin. Mais recentemente, no entanto, os estudiosos têm preferido devolver a autoria dessas obras a seus verdadeiros produtores. É essa posição que vamos assumir aqui.

Volóshinov é o autor de pelo menos dois livros muito importantes e influentes: *O freudismo* (1927) e *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929). Ambos têm publicação brasileira sob o nome de Bakhtin, embora na capa do segundo também apareça o nome de Volóshinov entre parênteses. As duas obras foram publicadas em russo no final dos anos 1920, mas só na década de 1960 tiveram suas primeiras traduções em línguas ocidentais, com autoria sempre atribuída a M. Bakhtin.

Uma das principais contribuições de Volóshinov ao pensamento linguístico contemporâneo é sua crítica às duas grandes concepções de língua e de linguagem que, segundo ele, sempre dominaram os estudos filológicos, gramaticais e linguísticos até sua época.

A primeira dessas concepções de língua é chamada por Volóshinov de subjetivismo idealista. É a percepção da língua como uma “atividade mental”, em que o psiquis-

mo individual constitui a fonte da língua. Volóshinov sintetiza essa concepção nas seguintes afirmações ([1929] 1986: 48):

1. A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção (“*energeia*”), que se materializa sob a forma de atos de fala individuais.
2. As leis de criação linguística são essencialmente leis individual-psicológicas.
3. A criação linguística é uma criação racional análoga à criação artística.
4. A língua, na qualidade de produto acabado (“*ergon*”), na qualidade de sistema estável (léxico, gramática, fonética) se apresenta como um depósito inerte, tal como a lava esfriada da criação linguística, abstratamente construída pelos linguistas em vista de sua aquisição prática como ferramenta pronta para o uso.

Volóshinov identifica o pensador alemão Wilhelm von Humboldt (1767-1835) como um importante (talvez o maior) representante e defensor dessa primeira concepção de língua. No entanto, é também possível incluir Noam Chomsky entre os que veem a língua na perspectiva de um “subjativismo idealista”. De fato, conforme discutimos acima, Chomsky propõe classificar a linguística como um ramo da psicologia cognitiva, baseia suas análises na produção verbal de um “falante ideal”, abstraído de toda realidade histórica e social, e empreende a busca de uma “gramática universal”, igualmente imune às investidas da ideologia e da vida social dos seres humanos. Publicado em 1929, um ano depois do nascimento de Chomsky, o livro de Volóshinov parecia antever o sucesso da linguística cartesiano-platônica do pensador americano recém-nascido e já lhe oferecia uma crítica acabada. Na verdade, uma vez que Chomsky pertence a uma tradição que remonta a Descartes e a Platão, a crítica de Volóshinov nada tinha de profética, mas simplesmente de demonstração das inadequações dessa antiga linhagem teórica como explicação dos fenômenos de linguagem. Mas, ainda assim, é surpreendente ler palavras como as seguintes, que parecem dirigidas explicitamente ao fundador da gramática gerativa: ao sintetizar os postulados do *subjativismo idealista*, Volóshinov escreve (p. 49) que, na concepção dessa tendência de análise da linguagem,

o psiquismo individual constitui a fonte da língua. As leis da criação linguística [...] são essencialmente leis individual-psíquicas e elas é que devem ser estudadas pelo linguista e pelo filósofo da linguagem. Esclarecer o fenômeno linguístico significa reconduzi-lo a um ato de criação individual refletido (até mesmo racional). Todo o resto da tarefa do linguista tem um caráter apenas preliminar, construtivo, descritivo, classificador; consiste simplesmente em preparar a explicação exaustiva do fato linguístico como proveniente de um ato de criação individual, ou então em servir os objetivos práticos da aquisição de uma língua acabada.

A referência ao psíquico, ao racional e à aquisição nos remete imediatamente a postulados centrais da linguística chomskiana. Volóshinov também menciona explicitamente, em sua crítica, o cartesianismo (p. 87). A comparação que fizemos acima entre a noção de língua do gerativismo e a matemática também é abordada por Volóshinov, que faz inclusive uma menção à ideia de gramática universal:

A ideia de uma língua *convencional, arbitrária*, é característica de toda a corrente racionalista, assim como o paralelo estabelecido entre o código *linguístico* e o código *matemático*. Não é a relação do signo com a realidade que ele reflete ou com o indivíduo que o gera, mas a relação

de um signo com outro signo no interior de um sistema *fechado*, e entretanto aceito e integrado, que interessa ao espírito dos racionalistas, orientado para a matemática. Em outros termos, só lhes interessa a *lógica interna* do próprio sistema de signos; este é considerado como uma álgebra, totalmente independente das significações ideológicas que se prendem a ele. [...] o signo matemático era, para os racionalistas, o signo por excelência, o modelo semiótico, inclusive para a língua. É exatamente isso que encontramos claramente expresso na ideia leibniziana da gramática universal (p. 88).

A segunda concepção de língua criticada por Volóshinov é a que ele chama de *objetivismo abstrato*. É basicamente a concepção da língua como um *sistema* de formas passíveis de descrição. A crítica se dirige agora explicitamente a Saussure e ao estruturalismo que então nascia a partir dos postulados saussurianos. Segundo o pensador russo, a linguística saussuriana, que acredita distinguir-se dos procedimentos da filologia tradicional, na verdade só faz reiterá-los e perpetuá-los, ao desdenhar a produção individual dos falantes (a *parole*) e ao se concentrar num construto teórico abstrato, homogêneo, impossível de verificação empírica (a *langue*, ou sistema, ou sincronia). Tal como faz para a primeira concepção tradicional, Volóshinov também sintetiza o “objetivismo abstrato” numa série de postulados (p. 57):

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida tal e qual à consciência individual e peremptória para esta.
2. As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas que estabelecem vínculos entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Essas leis são objetivas em relação a *toda* consciência subjetiva.
3. Os vínculos linguísticos específicos nada têm que ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se encontra na base dos fatos de língua nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.
4. Os atos de fala individuais constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normalizadas. Mas são justamente esses atos de fala individuais que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. *Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem comunhão de motores. O sistema e sua história são estranhos um à outra.*

Volóshinov vai opor a essas duas concepções a urgência de se considerar a língua como uma *atividade social*, em que o importante não é o *enunciado*, o *produto*, mas sim a *enunciação*, o *processo* verbal. Para Volóshinov, a língua é — tal como para Saussure — um fato social, cuja existência se funda nas necessidades da comunicação. Mas, contrariamente à linguística saussuriana e pós-saussuriana, que faz da língua um objeto abstrato ideal (um “arco-íris imóvel sobre o fluxo da língua”, como escreve Volóshinov), que se consagra à língua como sistema sincrônico homogêneo e rejeita suas manifestações (a fala, *parole*) como individuais, Volóshinov enfatiza precisamente a fala, a *parole*, a *enunciação*, e afirma sua natureza social, não individual: a *parole* está indissolúvelmente ligada às condições de comunicação, que estão sempre ligadas às estruturas sociais.

Na análise essencialmente marxista de Volóshinov, todo signo é ideológico. A ideologia é um produto das estruturas sociais. Portanto, toda modificação da ideologia acarreta uma modificação da língua. A evolução da língua obedece uma dinâmica conotada positivamente, ao contrário da concepção saussuriana. A variação é inerente à língua e reflete variações sociais (e nessas afirmações Volóshinov se antecipou em meio século à sociolinguística, sem cair no dualismo que vai caracterizar a teoria da variação e mudança de Labov, como veremos adiante). Se é verdade que a mudança obedece, em parte, leis internas da língua, o fato é que essa mudança é regida *sobretudo* por leis externas, de natureza *social*. O signo dialético, movente, vivo, se opõe ao “sinal” inerte que se depreende da análise da língua como sistema sincrônico abstrato.

A palavra-chave da linguística voloshinoviana é *diálogo*. Só existe língua onde houver possibilidade de interação social, dialogal. A língua não reside na mente do falante, nem é um sistema abstrato que paira acima das condições sociais. A língua é um trabalho empreendido conjuntamente pelos falantes, é uma atividade social, é enunciação. A enunciação, compreendida como uma réplica do diálogo social, é a unidade de base da língua, tanto do discurso interior (diálogo consigo mesmo) quanto do discurso exterior. A natureza da língua é essencialmente *dialógica*, e isso se reflete nas próprias estruturas linguísticas: *a sintaxe é narrativa*, toda predicação é um relato, é algo que alguém conta a alguém. A enunciação é de natureza social, portanto ideológica. Ela não existe fora de um contexto social, já que todo falante tem um “horizonte social”. Temos sempre um interlocutor, ainda que seja potencial. O falante pensa e se expressa para um auditório social bem definido. Se a língua é determinada pela ideologia, a consciência (portanto, o pensamento), a “atividade mental”, que são condicionadas pela linguagem, são modeladas pela ideologia. A mente é um produto social — e nisso Volóshinov se aproxima de um compatriota e contemporâneo seu, o psicólogo *Lev Vygotsky* (1896-1934), que postulou “a construção social da mente”. Tanto Volóshinov quanto Vygotsky parecem tributários do pensamento marxista de *Georgi V. Plekhánov* (1856-1918) autor precisamente, entre outras obras, de um ensaio sobre *O desenvolvimento da visão monista da história* (1895)<sup>2</sup>.

Já em *O freudismo*, em que critica duramente a recém-nascida psicanálise freudiana, Volóshinov enuncia de forma muito clara o eixo teórico fundamental de sua concepção de linguagem:

Nenhuma enunciação verbalizada pode ser atribuída exclusivamente a quem a enunciou: é *produto da interação entre falantes* e, em termos mais amplos, produto de toda uma situação social em que ela surgiu. [...] Todo produto da linguagem do homem, da simples enunciação vital a uma complexa obra literária, em todos os momentos essenciais, é determinado não

<sup>2</sup> O texto completo dessa obra, em tradução para o inglês, está disponível em <<http://www.marxists.org/archive/plekhanov/1895/monist/index.htm>>. Agradeço aqui a Roxane Rojo pela sugestão da possível influência de Plekhánov sobre Volóshinov e Vygotsky.

pela vivência subjetiva do falante, mas pela situação social em que soa essa enunciação. [...] O que caracteriza precisamente uma dada enunciação — a escolha de certas palavras, certa teoria da frase, determinada entonação da enunciação — é a expressão da relação recíproca entre os falantes e todo o complexo ambiente social em que se desenvolve a conversa. As próprias “vivências psíquicas” do falante, cuja expressão tendemos a ver nessa enunciação, são de fato apenas uma interpretação unilateral, simplificada e cientificamente incorreta de um fenômeno social mais complexo. É uma espécie de “projeção” através da qual investimos (projetamos) na “alma individual” um complexo conjunto de inter-relações sociais. A palavra é uma espécie de “cenário” daquele convívio mais íntimo em cujo processo ela nasceu, e esse convívio, por sua vez, é um momento do convívio mais amplo do grupo social a que pertence o falante. Para compreender esse cenário, é indispensável restabelecer todas aquelas complexas inter-relações sociais das quais uma dada enunciação é a interpretação ideológica. A questão não muda se em vez de discurso exterior temos discurso interior. Esse discurso também pressupõe o ouvinte eventual, constrói-se voltado para ele. O discurso interior é tanto um produto e expressão do convívio social quanto o discurso exterior<sup>3</sup>.

A refutação do *dualismo* na abordagem da língua, dualismo que, conforme vimos, é uma herança da filosofia platônica, é explicitada por Volóshinov ao opor a ele o *monismo materialista*. Segundo o autor, somente o monismo materialista é capaz de dar uma solução dialética para superar os problemas trazidos pela separação entre o psíquico e o ideológico:

Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação que tomou forma, enquanto a fala enunciada se subjetiviza no ato de decodificação que deve, mais cedo ou mais tarde, provocar a codificação de uma réplica. Cada palavra, como sabemos, se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os acentos sociais de orientação contraditória. A palavra se revela, na boca do indivíduo, como o produto da interação viva das forças sociais.

É assim que o psiquismo e a ideologia se impregnam mutuamente no processo único e objetivo das relações sociais. ([1929] 1986: 40-41)

## 1.6 O RESGATE DO DISCURSO

As ideias de Volóshinov (indevidamente atribuídas a Bakhtin), bem como as de Vygotsky, só se tornarão conhecidas fora da Rússia no final dos anos 1970, quando vão ganhar suas primeiras traduções em línguas ocidentais. A partir daí, seu impacto será enorme e suscitará um amplo movimento de reflexão crítica dos postulados centrais do estruturalismo clássico saussuriano e do neoestruturalismo chomskiano.

Uma característica central das escolas de pensamento linguístico que vão se opor aos estruturalismos é o resgate da *parole* — a fala concreta, a língua em uso — do porão

<sup>3</sup> Citamos a tradução brasileira (diretamente do russo, por Paulo Bezerra): *O freudismo*, São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 79-80.

escuro (ou caverna?) aonde tinha sido lançada pelo estruturalismo clássico, interessado somente na *langue*, no sistema abstrato, metafísico, construído pelo linguista sob a forma de um sistema computacional, algébrico. Sob a designação de discurso — palavra dotada de uma ampla gama de sentidos —, essa língua em uso se tornará o objeto primordial de diversas disciplinas e transdisciplinas e de várias escolas de investigação do fenômeno linguístico como fenômeno social:

- análise da conversação,
- análise do discurso,
- antropologia linguística,
- etnografia da comunicação,
- linguística sociocognitiva,
- linguística textual,
- pragmática linguística,
- semiótica,
- sociolinguística interacional,
- sociolinguística variacionista,
- sociologia da linguagem,
- sociointeracionismo,
- além de todas as diferentes teorias designadas pelo termo geral de **funcionalismo**.

A própria designação de muitas dessas linhas de investigação mostra seu caráter essencialmente **transdisciplinar**, ao contrário da linguística estrutural, que se esforçou por ser uma *ciência* autônoma, dentro do espírito positivista que caracterizou o pensamento ocidental no final do século XIX e início do XX. O estruturalismo transformou a língua numa “coisa em si” — objetivo explicitado pelas últimas palavras do *Curso de linguística geral*, livro em que se tentou compilar os ensinamentos de Saussure: “A linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma”. Para tanto, foi preciso desvincular o estudo da língua da *história* da língua e, por conseguinte, da história de seus falantes — daí a rejeição saussuriana da *diacronia*, o passado da língua, em favor da *sincronia*, um construto abstrato. Renegando o falante e sua inserção numa comunidade, a linguística estrutural renegou no mesmo gesto o social, o cultural, o político, o ideológico — em suma, tudo o que é caracteristicamente *humano*. Somente assim foi possível dar à linguística um caráter *científico*, um *status* de ciência plena, como se a linguagem humana e as línguas particulares fossem objetos semelhantes aos estudados pelas ciências naturais como a física, a química, a geologia etc. Apesar dos grandes avanços conquistados por essa linguística “científica” no entendimento das línguas, ela acabou topando com diversos obstáculos e muitos impasses, que só puderam ser transpostos com a reintrodução do *humano* e, portanto, das **ciências humanas**, na investigação do fenômeno linguístico.

Ao definir a *língua* como um sistema abstrato ou como o desempenho de um falante ideal, a linguística estruturalista (saussuriana e chomskiana) cria o que o sociólogo francês

Pierre Bourdieu chamou de “ilusão de comunismo linguístico”. Nessas teorias, a língua, sendo atribuída a um “social” indefinido e abstrato (Saussure) ou a um “falante-ouvinte ideal” (Chomsky), deixa de ser o que ela de fato é na vida social: uma “arena em miniatura”, como escreveu Volóshinov, palco de conflitos e disputas entre os membros da sociedade, marcado por negociações de interesses, valores e poderes (reais e simbólicos).

Outro problema detectado nessa “língua” é o fato de, ao fim e ao cabo, ela ser muito semelhante ao modelo idealizado de língua que figura na gramática tradicional. Ao tentar se elevar acima das normas sociais, o sistema que se constrói no empreendimento estruturalista acaba por se parecer muito com a norma de prestígio que vigora em determinada sociedade. Como já mencionamos, muitos rótulos de “agramaticidade” atribuídos pelos gerativistas a certas construções sintáticas decorrem exclusivamente do fato de tais construções não fazerem parte da variedade linguística do pesquisador. E não poderia ser de outro modo: entranhada na vida social e cultural, a língua — mesmo quando forçada a se tornar um objeto ideal, uma “forma pura” — tem obrigatoriamente de assumir alguma feição, tem de se parecer com alguma das variedades reais que circulam no meio social. Uma vez que o linguista é membro das classes sociais mais letradas, seu modelo de língua, por mais abstrato, vai trazer as marcas da sua variedade sociolinguística. É isso o que leva Bourdieu a afirmar:

A língua segundo Saussure, código ao mesmo tempo legislativo e comunicativo que existe e subsiste independentemente de seus usuários e de suas utilizações, possui de fato todas as propriedades comumente atribuídas à língua oficial (1996: 31).

Tentando romper com a tradição normativa, que sempre definiu seu objeto de estudo e de prescrição com base na escrita literária consagrada, o estruturalismo precou o estudo da língua falada. No entanto, dado o caráter ideológico do processo de construção da *língua/sistema/competência*, a linguística estrutural não teve como escapar do influxo milenar da escrita literária sobre os estudos da linguagem. Assim, conforme analisa James Milroy:

Nos primórdios da gramática transformacional, era bastante comum ver sentenças que eram gramaticais em variedades regionais e em registros coloquiais serem marcadas com um asterisco como — simplesmente — agramaticais em inglês, sem nenhuma explicação do motivo por que eram agramaticais. Alguns desses linguistas pareciam ter um senso de observação bastante limitado: pareciam não estar conscientes das formas estruturais de nenhuma variedade que não o padrão literário. Assim, por exemplo, sentenças do tipo *the eggs is cracked* (“os ovos está quebrado”), com SN plural seguido de um verbo que seria singular no padrão, eram às vezes marcadas como agramaticais, muito embora tais sentenças sejam regulares (isto é, governadas por regras) em diversas variedades regionais. De igual modo, sequências como *they've done it last year* ou *he did it already*<sup>4</sup> foram consideradas por linguistas britânicos como

<sup>4</sup> O autor se refere aqui às regras da gramática normativa do inglês que prescrevem usos específicos para os dois tempos do passado, o simples (*I did*) e o composto (*I have done*). Os exemplos dados contrariam essas prescrições normativas.

agramaticais, muito embora elas sem dúvida ocorram regularmente tanto no inglês britânico quanto no americano. Acho que essa tendência dos teóricos de confiar numa única variedade (codificada) já é suficientemente conhecida e não preciso dar exemplos numerosos para apoiar meu argumento aqui. Note-se, porém, o que tudo isso implica: seqüências que são gramaticais nos estilos formais do inglês padrão, literário, são tidas como “gramaticais”, enquanto seqüências de ocorrência regular em outras variedades são gramaticais somente na medida em que coincidem com o padrão (formal, literário); do contrário, estão fadadas a serem “agramaticais”. É difícil ver qualquer diferença *em princípio* entre essas opiniões de gramaticalidade e as do público geral, e elas parecem ser igualmente dependentes da ideologia do padrão. Por algumas décadas, suposições sobre o *input* legítimo para a análise linguística implicitamente sustentaram o *status* superior e a alta saliência do inglês padrão e podem até ter contribuído de certa forma para a *manutenção* dessa variedade (2001: 545).

## 1.7 BREVE CRÍTICA À SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Os trabalhos de William Labov (n. 1927) iniciados na década de 1960, fundadores da chamada *sociolinguística variacionista*, trouxeram importante contribuição para o nosso entendimento da língua como um fenômeno estreitamente vinculado à vida social dos falantes.

No entanto, desprovidos de uma *teoria social consistente*, esses trabalhos — que tiveram impacto importantíssimo na linguística contemporânea e são merecedores de toda a nossa admiração — não oferecem uma boa visão da *dinâmica sociocultural da linguagem*. Para se ter essa visão, é necessário recorrer a uma *sociologia da linguagem* que integre as noções de *enunciação* e *ideologia* postuladas por Volóshinov.

Embora, na literatura especializada, os dois termos — sociolinguística e sociologia da linguagem — apareçam frequentemente como sinônimos, também são muitos os autores que insistem em fazer uma distinção entre os campos de atuação de cada uma dessas disciplinas. A principal reprimenda que se dirige à sociolinguística variacionista é a de que, ainda muito apegada ao estruturalismo clássico, ela só recorre ao elemento *socio-* como pretexto para fazer, ao fim e ao cabo, *-linguística*. De fato, essa corrente sociolinguística se dedica primordialmente ao conhecimento *da língua*, à descrição *da língua*, recorrendo a fatores sociais somente na medida em que eles auxiliam nessa descrição. A própria divisão, tão característica dos estudos sociolinguísticos, entre *fatores internos (linguísticos, sistêmicos)* e *fatores externos (sociais)* como vetores da variação e da mudança, entre *variáveis dependentes* e *variáveis independentes*, revela uma dissociação entre entidades que deveriam ser vistas como uma coisa só — ou seja, na sociolinguística variacionista predomina uma concepção *dualista*, que separa o *social* do *linguístico*. No entanto, o *social* é *constitutivo do linguístico*, assim como o *linguístico* é *constitutivo do social* — não existem “influências” da

sociedade sobre a língua, nem tampouco a língua “reflete” a sociedade: as relações entre esses dois termos, *língua* e *sociedade*, são muitíssimo mais amplas, mais íntimas e mais complexas do que uma mera influência ou um mero reflexo.

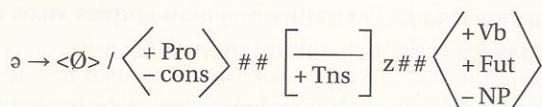
Por seu turno, uma verdadeira **sociologia da linguagem**, como o próprio nome indica, tem de ser antes de tudo um estudo da *sociedade* com foco nas relações que seus membros mantêm entre si por meio da *linguagem*. Aqui o que está em jogo é a língua como *instituição*, como instrumento de *controle social* de uma parcela da sociedade sobre as demais, como *arma* empregada para o exercício da *violência simbólica* de uns cidadãos contra os outros, como palco de *disputas de poder* e de *conflitos entre grupos sociais*, como elemento constitutivo da *identidade de indivíduos e de coletividades*, como *moeda e mercadoria* na economia das trocas linguísticas conforme delineada por Bourdieu... etc.

Não resta dúvida de que os resultados das pesquisas sociolinguísticas são muito importantes para essa sociologia da linguagem e, em muitos aspectos, há mesmo uma sobreposição dos campos de interesse e atuação de cada disciplina. A diferença, porém, é que a sociolinguística variacionista encerra seu trabalho lá onde a sociologia da linguagem (tal como postulamos) mostra que deveria ser o *ponto de partida* (e não de chegada) de uma verdadeira explicação das relações entre uso da língua e dinâmica social. A sociolinguística mostra que existe *variação* e, em certa medida, se detém na explicação das *causas* (linguísticas e/ou sociais) dessa variação, ao passo que a sociologia da linguagem se pergunta: quais as *consequências* (sociais, culturais, éticas, políticas, econômicas, pedagógicas, psicológicas) dessa variação? De que modo a variação linguística é parte *constitutiva* das dinâmicas das relações sociais? Ao contrário da sociolinguística variacionista, que se vale da noção um tanto estática e passiva de que “a língua *reflete* a sociedade”, a sociologia da linguagem postula que as línguas *moldam* as sociedades e *são moldadas* por elas, num intrincado jogo de relações, nunca igualitárias.

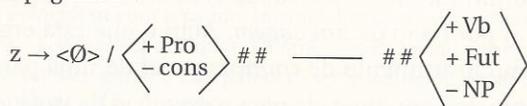
É por isso que as diferentes modalidades de uso da língua, que nos estudos sociolinguísticos são postas em pé de igualdade, na horizontal, devem aparecer, nessa sociologia da linguagem, numa escala *vertical*, determinada pela **hierarquização social** dos diferentes falares numa comunidade. Nessa concepção, existem, sim, modos de falar *melhores* e *piores*, *superiores* e *inferiores* — não por alguma característica *gramatical, sistêmica, linguística* intrínseca que eles teriam (e que sabemos que não têm), mas pelos papéis diferentes que são atribuídos a eles no jogo das sempre desiguais relações de poder vigentes na sociedade.

Outro problema que detectamos na sociolinguística variacionista de Labov é sua tentativa de integrar suas investigações no quadro teórico da gramática gerativa. Embora fazendo algumas críticas teóricas e metodológicas à linguística chomskiana, Labov se esforça por formalizar seus achados em regras que recebem notação matemática semelhante às do gerativismo (Labov, 2008: 266):

## 21 Contração



## 22 Apagamento



Por fim, o apego de Labov ao formalismo estruturalista leva ele a criticar e a rejeitar as premissas das escolas funcionalistas (1994: 547), sempre muito mais voltadas para os fenômenos discursivos, pragmáticos e verdadeiramente sociais do uso da língua.

Deborah Cameron (1995: 18), em suas críticas à sociolinguística variacionista, escreve:

A tendência nas teorias contemporâneas da linguagem — nas análises pós-estruturalistas/pós-modernistas, bem como na ciência linguística — tem sido a de colocar os sujeitos falantes manipulados (*acted on*) pela linguagem e amplamente incapazes de agir sobre ela por conta própria.

De fato, a partir do momento em que a “língua” se torna um ente com vida e vontade própria, qualquer ação efetiva dos falantes sobre ela parece impossível. No entanto, os membros de toda e qualquer sociedade dispõem da capacidade de *agency* — palavra usada na sociologia de língua inglesa para definir a capacidade que tem o indivíduo de agir independentemente das estruturas sociais e de fazer suas próprias e livres escolhas. Podemos traduzir *agency* por *intervenção*, lembrando que *agency* provém do mesmo verbo latino que nos deu *agir* e *ação*. Os membros da sociedade não vivem esmagados pelas ideologias dominantes nem pelas estruturas que se filiam a elas: sempre existem brechas e margens de manobra para burlar essas ideologias e estruturas. Como afirma L. E. Alonso (2002: 125), não se pode desprezar

la *acción* como actividad cotidiana, como capacidad situacional de los actores de operar en un contexto concreto, produciendo sentido en sus actos particulares de habla por medio de procesos de construcción, negociación y resistencia simbólica, incrustados en comunidades culturales de prácticas compartidas, significados cotidianos y actividades rutinarias particulares.

No que diz respeito à intervenção na língua, Cameron (*ibid.*) argumenta:

Existe um alcance, embora não um alcance ilimitado, para a intervenção efetiva na língua; se negarmos isso em princípio, ou se apagarmos dos registros os seus exemplos específicos, seremos culpados de mistificação.

Ao contrário do que a sociolinguística variacionista deixa implícito (e outras áreas de pesquisa linguística explicitam), as variações e mudanças que ocorrem na língua não ocorrem “naturalmente” — até porque a língua não é um fenômeno exclusivamente “natural” (isto é, biológico). Por seu caráter explicitamente social, cultural e político, a língua é alvo da intervenção consciente ou inconsciente dos falantes. Um fenôme-

no como a ressurreição do hebraico depois da criação do Estado de Israel em 1948 — ressurreição de uma língua que até então sobrevivia exclusivamente nos textos religiosos tradicionais — é uma clara demonstração disso. Os efeitos do “politicamente correto” na substituição de termos tradicionalmente empregados para se referir a pessoas e eventos, também: os antigos aleijados agora são *deficientes físicos*; as favelas se tornaram *comunidades*; em inglês, os negros já não são *Blacks*, mas *Afro-Americans*, enquanto os brancos se tornaram *Caucasians*... A feminização da linguagem, ocorrida em diversos países, sobretudo de língua inglesa, gerando a chamada *linguagem inclusiva*, é outro exemplo palpável e bem-sucedido de intervenção sobre a língua. E todo o longo processo histórico de *normatização* linguística é decerto a prova mais sólida desse poder de intervenção: mesmo que não empregada por praticamente ninguém, a *norma-padrão* institucionalizada e prescrita deixa suas marcas nos usos reais de muitos falantes, principalmente com seus efeitos de hipercorreção [►933].

## 1.8 ONTOGENIA E FILOGENIA

O radical de origem grega *onto-* comporta a ideia de “ser” (de fato, é o particípio passado do verbo *eimi*, ‘ser’, em grego). Por seu turno, a palavra grega *phylē* significa “raça, tribo, espécie”, e está presente no radical *filo-* (que não deve ser confundido com outro *filo-*, derivado do verbo grego *philein*, “amar”, presente por exemplo em *filosofia*, *filantropia*, *filologia* etc.).

Na linguagem filosófica e científica, a *ontogenia* se refere ao ser particular, ao indivíduo, enquanto a *filogenia* se refere ao que é próprio da espécie humana em geral (quanto ao sufixo *-genia*, consulte [►284]). Estamos aqui, mais uma vez, diante de uma dicotomia tradicional, a dicotomia *particular x universal*, rotulada com outros termos.

As teorias linguísticas que postulam a linguagem como um dado genético, inscrito em nossa herança biológica, se vinculam evidentemente à ideia de *filogenia*. Não por acaso, são as teorias que hipotetizam a existência de uma gramática *universal* — própria de toda a espécie humana.

Já vimos as críticas de Evans e Levinson e de Christiansen e Chater a esses postulados, bem como as de **Michael Tomasello**. Esse último autor vai nos guiar a partir de agora numa breve discussão acerca dessa dicotomia.

Baseado em seus muitos experimentos com primatas e também com crianças em fase de aquisição de língua, Tomasello afirma (1999: 94):

Em discussões sobre cognição humana de um ponto de vista filogenético, a linguagem frequentemente é invocada como uma razão para o caráter único da cognição humana. Mas invocar a linguagem como uma causa evolutiva da cognição humana é como invocar o dinheiro

como uma causa evolutiva da atividade econômica humana. Não há dúvida de que adquirir e usar uma língua natural contribui para (e até transforma) a natureza da cognição humana — assim como o dinheiro transforma a natureza da atividade econômica humana. Mas a linguagem não surgiu do nada. Ela não caiu do espaço sideral na Terra como algum asteroide extraviado nem emergiu como uma bizarra mutação genética desvinculada de outros aspectos da cognição humana e da vida social, apesar das opiniões de alguns teóricos contemporâneos como Chomsky (1980). Assim como o dinheiro é uma instituição social simbolicamente corporificada que emergiu ao longo da história de atividades econômicas existentes anteriormente, a língua natural é uma instituição social simbolicamente corporificada que emergiu ao longo da história de atividades sociocomunicativas existentes anteriormente.

Na linha de Vygotsky e de outros psicólogos culturais, Tomasello afirma que as mais interessantes e importantes façanhas cognitivas da humanidade, como a linguagem e a capacidade de cálculo, exigem tempo histórico e processos para se realizarem. Por isso, sustenta a tese de que essas façanhas cognitivas, essas competências e habilidades requerem um tempo **ontogênico** significativo, tanto quanto processos, para se realizarem. O autor critica duramente os cientistas cognitivistas por subestimarem a ontogenia em seu papel formativo na criação das formas maduras da cognição humana. Atribui essa postura à supervalorização, por parte dos mesmos cientistas, de um debate que, na sua opinião, é vetusto, caduco, por já ter perdido sua utilidade (se alguma vez foi útil). Esse debate se faz, como temos demonstrado até agora, em torno de polos dicotômicos, de posturas teóricas essencialmente **dualistas**. A esses dualismos, Tomasello opõe as conquistas teóricas de **Charles Darwin** (1809-1882):

As discussões modernas de natureza *vs.* cultura e de *inato vs.* adquirido se estruturam conforme os debates da Europa do século XVIII entre filósofos racionalistas *vs.* empiristas, polemizando acerca da mente humana e das qualidades morais humanas. Esses debates tipificados ocorreram antes que Charles Darwin oferecesse à comunidade científica novos modos de pensar acerca dos processos biológicos. A introdução de modos darwinianos de pensar a filogenia, e o papel da ontogenia na filogenia, deveria ter tornado obsoleto aquele debate. Mas não tornou e, de fato, o surgimento da genética moderna deu a ele vida nova e concretizada na forma de genes *vs.* ambiente. A razão para o debate não ter morrido é o fato dele ser o modo natural de responder a pergunta: o que determina o traço *x* em seres humanos adultos? Fazer a pergunta dessa maneira, aliás, autoriza as tentativas de quantificar as contribuições relativas dos genes e do ambiente para um dado traço adulto, como “inteligência” [...]. Mas o pensamento darwiniano é um pensamento de processos, no qual não pensamos em categorias de fatores em algum “agora” estático e atemporal. Embora existam processos invariantes como a variação genética e a seleção natural, se perguntarmos como uma dada espécie veio a se tornar o que é agora [...], a resposta é uma narrativa que se desenrola no tempo com diferentes processos agindo em diferentes modos em diferentes pontos ao longo do caminho. (1999: 48-49)

O darwinismo postula (e comprova empiricamente) que a evolução se processa imperceptivelmente pelo acúmulo de transformações ocorridas em indivíduos (portanto, numa escala ontogênica), transformações que, respondendo mais adaptativamente às necessidades de interação entre o indivíduo e seu ambiente, são transmitidas às próximas gerações. Na escala temporal de cada uma dessas gerações, as adaptações prosseguem e se desenvolvem. Desse modo, de ontogênese em ontogênese, as novas

adaptações evolutivas acabam por se constituir em traços característicos daquela espécie — é o que Tomasello chama de “o papel da ontogenia na filogenia”.

O chamado *registro fóssil* comprova essa noção: os achados paleontológicos de diferentes espécimes aparentados e separados entre si por lapsos temporais exibem, quando alinhados, o processo de transformação adaptativa de determinados traços biológicos. É assim que descobrimos, por exemplo, que o mais remoto ancestral das baleias era um mamífero terrestre, do tamanho de um gato doméstico, que ficava submerso durante algum tempo, a fim de espreitar suas presas (seu fóssil foi descoberto na Índia, batizado de *Indohyus*, ‘porco indiano’, e remonta a aproximadamente 48 milhões de anos).

Tomasello que, como já foi dito, se especializou nos experimentos sobre a cognição de chimpanzés e outros primatas, argumenta que a espécie humana tem uma capacidade cognitiva única, herdada biologicamente e que faz ela diferir das outras espécies de primatas: o fato dos seres humanos se “identificarem” mais profundamente com os demais membros de sua espécie do que os outros primatas. Essa identificação não tem nada de misteriosa, mas é simplesmente o processo pelo qual a criança humana entende que as outras pessoas são seres como ela própria. Assim, ela tenta entender as coisas do ponto de vista dos outros. A criança, ao se desenvolver, passa a perceber-se a si mesma como um agente intencional e, mais tarde, como um agente mental. Para o autor, essa diferença cognitiva única

tem diversos efeitos-cascata porque torna possíveis algumas formas de herança cultural novas e singularmente poderosas. Entender as outras pessoas como agentes intencionais como ela mesma permite tanto (a) processos de sociogênese por meio dos quais múltiplos indivíduos criam colaborativamente artefatos e práticas culturais que acumularam histórias, quanto (b) processos de aprendizagem e internalização cultural por meio dos quais indivíduos em desenvolvimento aprendem a usar e em seguida internalizam aspectos dos produtos colaborativos criados pelos coespecíficos<sup>5</sup>. Isso significa que a maioria (senão todas) das habilidades cognitivas exclusivas da espécie humana não são devidas diretamente a uma herança biológica exclusiva, porém, bem mais, resultam de uma variedade de processos históricos e ontogênicos que são postos em movimento pela capacidade cognitiva exclusivamente humana, biologicamente herdada (1999: 15).

Compare essas afirmações de Tomasello com a citação feita mais acima de Christiansen e Chater — você verá que esses autores coincidem em grandes linhas.

## 1.9 A PALAVRA EVOLUÇÃO

Parece não haver escapatória: toda teoria complexa, quando “cai na boca do povo”, isto é, quando se populariza e se torna artigo fácil no mercado comum do cotidia-

<sup>5</sup> Coespecíficos: indivíduos da mesma espécie.

no, acaba por sofrer drásticas reduções e distorções — quando não são vítimas da síndrome do “*Play it again, Sam*”, frase jamais pronunciada pela personagem Elsie, interpretada por Ingrid Bergman no filme *Casablanca* (de Michael Curtiz, 1942)<sup>6</sup>.

Podemos dizer que isso aconteceu com as ideias de Galileu, de Newton, de Marx, de Freud, de Einstein... e também com os trabalhos de Charles Darwin. A principal e mais grave consequência das distorções das ideias darwinianas se encontra no sentido popularmente atribuído à palavra *evolução* (e também, é claro, ao verbo *evoluir*, ao adjetivo *evoluído* etc.). *Que sentido é esse? O sentido de progresso, de aperfeiçoamento, de completude* etc. Uma breve pesquisa aleatória confirma facilmente essa distorção:

- (1) As escrituras do yoga dizem que uma  *pessoa evoluída*  conserva sua raiva por um minuto; uma  *pessoa comum*  conserva-a por meia hora e uma  *pessoa ainda não evoluída*  conserva sua raiva por um dia e uma noite. Mas uma  *pessoa cheia de mágoas*  lembra-se de sua raiva até morrer. (<http://www.forumespirita.net/fe/amizade/evoluídos-sentem-raiva-so-por-um-minuto/#ixzz1FCQnvxzB>, acesso em 27.2.2011)
- (2) Máquina da sorte: como um povo tão evoluído como o japonês pode acreditar em uma tolice dessas?? **Aumenta procura por máquinas da sorte às vésperas do Ano Novo no Japão. Japoneses buscam as máquinas para ver se sua sorte vai mudar com a chegada do novo ano. Procura cresce 80% nesta época do ano.** (<http://lineuoteu.blogspot.com/2010/02/maquina-da-sorte-como-um-povo-tao.html>, acesso em 27.2.2011)
- (3) “DIREITO EVOLUÍDO PRESSUPÕE SOCIEDADE EVOLUÍDA”. Sábias palavras do Professor Paulo Nader escritas no livro *Filosofia do direito*, que nos leva a refletir demoradamente acerca das nossas escolhas quanto àqueles que formulam nossas leis. (<http://www.artigos.com/artigos/sociais/direito/%93direito-evoluído-pessupoe-sociedade-evoluída%94-6534/artigo/>, acesso em 27.2.2011)

Ora, em nenhum escrito de Darwin se encontra a ideia falaciosa de que *evolução* é sinônimo de *aperfeiçoamento*, *progresso*, *avanço*, *desenvolvimento para melhor* etc. Essa distorção, segundo o biólogo Stephen Jay Gould (1941-2002), se prende à tentativa de usar a teoria da evolução e da seleção natural de Darwin para justificar a arrogância da espécie humana de se considerar o ponto máximo dessa evolução, o ser biológico supremo:

A revolução de Darwin estará completa quando derrubarmos o pedestal da arrogância e ficarmos de posse das implicações simples da evolução quanto à sua tendência não direcional e não previsível — e quando levamos a sério a tipologia darwiniana, reconhecendo que o *Homo sapiens*, recitando mais uma vez a batida ladainha, é um pequeno ramo, nascido ainda ontem de uma árvore da vida com uma infinidade de ramificações, a qual nunca produziria o mesmo conjunto de galhos se replantada a partir da semente. Nós nos agarramos à palha do progresso (um ramo ideologicamente dessecado) porque ainda não estamos prontos para a revolução de Darwin. Necessitamos do progresso como nossa melhor esperança de conservar a arrogância humana num mundo em evolução. Somente nestes termos podemos entender por que uma tese tão mal formulada e improvável mantém sua poderosa influência sobre nós nos dias de hoje. (Gould, 2001: 49-50)

<sup>6</sup> Também podemos batizar a síndrome de “*Não é um país sério*”, declaração que nunca saiu dos lábios do presidente francês Charles de Gaulle ao se referir ao Brasil. Ou, também, de síndrome do “*Navegar é preciso*”, que tanta gente atribui ao poeta Fernando Pessoa que, na verdade, estava apenas citando um antiquíssimo provérbio latino: *Navigare necesse, vivere non est necesse*...

Segundo o autor, a equiparação de evolução com progresso é mais uma consequência do platonismo que pesa sobre a nossa cultura:

Na sua célebre analogia da caverna, Platão [...] afirmava que os organismos reais eram apenas sombras na parede da caverna (natureza empírica) — e que um reino ideal de essências deveria existir para lançar as sombras. Poucos de nós defenderiam um platonismo desvairado desse tipo hoje em dia, mas nunca conseguimos abandonar essa opinião característica de que as populações dos indivíduos reais formam um conjunto de acidentes, uma coleção de exemplos fracassados, cada um necessariamente imperfeito e incapaz de se aproximar do ideal além de certo ponto. (p. 66)

O que Gould diz acerca do platonismo na biologia ou no conceito equivocado de evolução que circula tão livremente na sociedade se aplica muito bem (e não há razão para espanto) a muitas concepções de língua e linguagem que circulam nos meios acadêmicos. O fonema, como vimos acima, por exemplo, é um construto platônico, a busca de uma essência, de uma abstrata “unidade sonora” deduzida a partir das realizações imperfeitas produzidas por cada indivíduo. O estruturalismo (e seu ramo mais contemporâneo, o gerativismo) sempre relegou a variação ao submundo da língua, à caverna da linguagem, para se empenhar na busca do mítico sistema, que paira, etéreo, acima do burburinho da vida social. Ora, como se estivesse escrevendo para linguistas, o biólogo Gould afirma:

Somente admitindo esse platonismo remanescente é que eu posso entender a inversão fatal que tão frequentemente aplicamos ao cálculo das médias. No mundo de Darwin, pós-platônico, a variação sobressai como a realidade fundamental e as médias calculadas se tornam abstrações. Contudo, continuamos a esposar o ponto de vista mais antigo e oposto, e a olhar a variação como um conjunto incoerente de acidentes, valioso principalmente porque nós podemos usar a amplitude para calcular uma média, tomando-a então como a melhor aproximação da essência. Apenas considerando-os como legado de Platão, posso entender os erros comuns sobre tendência que tornam este livro necessário: nossa leitura equivocada em que tomamos a variação contraível e expansível dentro de um sistema como sendo um valor médio (ou extremo) descolando-se numa direção. (p. 66-67; negrito meu)

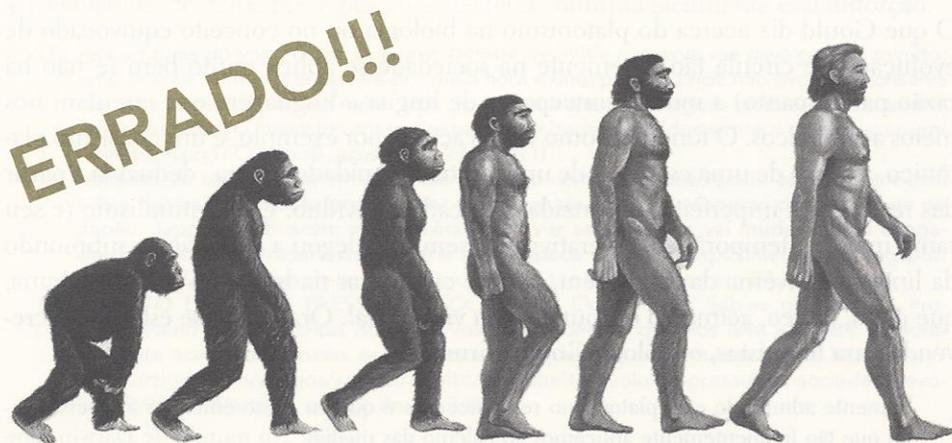
Prossegue o autor afirmando que a revolução darwiniana se completará quando a essência for substituída pela variação como a categoria central da realidade natural. De fato, no mundo de Platão — e nas teorias estruturalistas e gerativistas que o habitam — a variação era acidental, enquanto as essências apontavam para uma realidade superior. Não é por acaso que, antes do advento da sociolinguística variacionista, se falava de “variação livre” (isto é, acidental) para designar as realizações empíricas das formas ideais da língua, abrigadas no sistema. Na inversão darwiniana,

prezamos a variação como uma realidade definível (e materialmente concreta), enquanto as médias (nossa aproximação operacional mais chegada às “essências”) passam a ser abstrações mentais (*ibid.*).

Stephen J. Gould oferece como contraexemplo da falaciosa sinonímia *evolução* = *progresso* o fato de que as bactérias — os seres vivos mais simples que existem —

“eram no início, são agora e sempre serão os organismos de maior sucesso sobre a Terra” (p. 62). Se a evolução das demais espécies representasse sempre um “progresso”, o planeta hoje só deveria ser habitado por organismos extremamente desenvolvidos e “avançados” — no entanto, ainda vivemos na Era da Bactéria, porque esses organismos é que de fato dominam o planeta.

A negação da variação como o motor fundamental da evolução se vê particularmente bem na reproduzidíssima figura da evolução humana, um desenho em tudo e por tudo falso e enganoso.



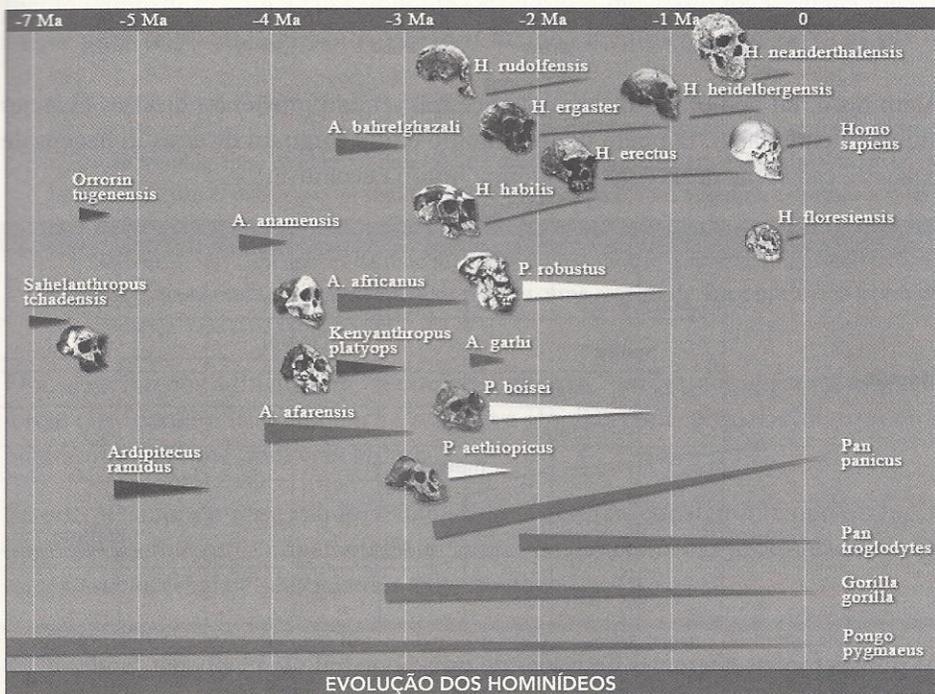
Essa imagem, obsessivamente repetida, banalizada, a ponto de se impregnar na memória coletiva como uma verdade incontestável e absoluta, de fato está repleta de subentendidos (ideológicos) e só serve para nos induzir ao erro. O racismo e o machismo também são evidentes, uma vez que o estágio último, “evoluído”, é o **homem branco**, não uma mulher branca, nem um homem ou uma mulher negra, ameríndia, asiática, polinésia etc. O *Homo sapiens* é, literalmente, um *homem*, branco, inteligente (“sapiante”), enquanto sua fêmea e os coespecíficos de outras “raças” não merecem figurar no esquema da evolução.

Essa figura é tanto mais perigosa porque, além de veicular uma ideia errônea dos princípios da evolução humana, é fácil de compreender e de assimilar. O esquema nos mostra um caminho único da evolução. Cada ancestral tem um descendente, seguido de outro e assim por diante até o homem moderno. Isso faz supor que o homem atual era um “objetivo” da evolução, uma finalidade — talvez um estratagema mental para juntar a teoria darwinista à crença religiosa de que o homem é o dono do mundo, feito à imagem e semelhança de seu Criador... (Criador sempre referido no **masculino**: o mito bíblico da criação deixa evidente a misoginia impregnada na cultura judaica e legada à cultura cristã, uma vez que Deus cria o homem — macho — à sua imagem e semelhança e, somente depois, retira a mulher de uma costela desse macho, tornando-a desde sempre derivada e dependente dele.)

A evolução, contudo, para desgosto de tantos, não é unidirecional nem é um caminho rumo à “perfeição” (afinal, repetimos, se já existe o ser humano, “perfeito”, para quê e por quê ainda existiriam as bactérias?).

O que o registro fóssil realmente nos ensina é que, no lugar da linha reta, o que existiu foi uma intensa e extensa **variação** na descendência de um provável ancestral comum mais antigo (comum a todos os primatas), que deve ter vivido há cerca de sete milhões de anos. O que se vê no desenho falacioso é um ser muito parecido com um chimpanzé como nosso ancestral mais remoto (o que é no mínimo ridículo, pois deixa entender que o chimpanzé existe desde sempre, em sua forma atual, como se essa espécie não tivesse passado ela também por etapas evolutivas). No entanto, a linhagem que deu origem ao chimpanzé é diferente da que deu origem aos hominídeos. Aqui vemos em ação mais uma deturpação dos postulados de Darwin. Ele nunca disse que “o homem vem do macaco”, mas sim que todos os primatas — homens e macacos — descendiam, por linhagens diferentes, de um ancestral comum mais antigo.

Desse ancestral comum mais remoto partiram várias linhagens, como se vê no gráfico abaixo:



Como vamos examinar no capítulo sobre mudança linguística [►115], a mesma ideia de uma linha reta, partindo do latim e chegando ao português, conduziu a investigação sobre as transformações das línguas, investigação feita durante muito tempo sob o conceito de “língua” como uma entidade dotada de vida própria, independente

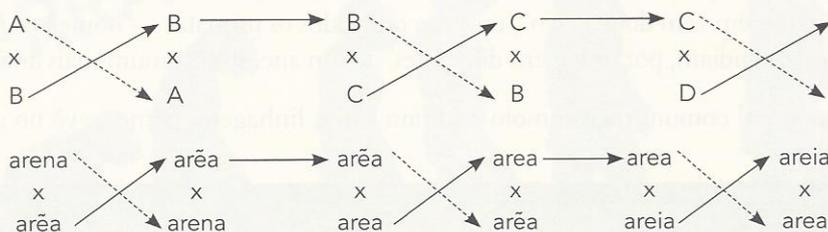
dos mecanismos sociais, culturais, ecológicos, climáticos, políticos etc. que condicionam, tumultuam, organizam e revolucionam as comunidades humanas.

A fórmula tradicional da mudança linguística, como vem estampada nas gramáticas históricas, por exemplo, é semelhante à da imagem da “evolução” do homem: uma linha reta que caminha para a suposta perfeição:

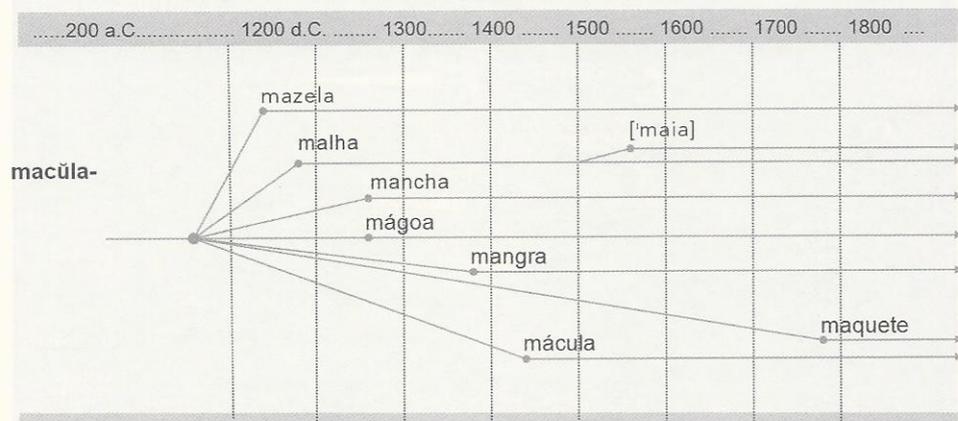
$$A \rightarrow B \rightarrow C \rightarrow D$$

arena → arêa → area → areia

Com a introdução dos fatores sociais no estudo da mudança linguística — principal contribuição da sociolinguística variacionista —, o que se descobriu foi justamente o papel determinante da **variação** nos processos de mudança:



Além disso, tal como de um mesmo ancestral remoto provieram diversas espécies animais aparentadas, também de um mesmo étimo surgiram diversas linhagens de palavras, cada uma delas com sua própria história evolutiva:



As muitas formas diferentes derivadas de uma ancestral são chamadas *formas divergentes* [►154].

É preciso alertar que não estamos aqui ressuscitando as velhas hipóteses evolucionistas do século XIX que, numa leitura enviesada dos trabalhos de Darwin, consideravam a língua como um “organismo vivo”, que nasce, cresce, vive e

Vamos ver a improcedência da noção de “língua primitiva” no próximo capítulo. Tão descabida quanto ela é também a noção de “língua evoluída”, no sentido de “língua bem-sucedida”, “perfeita, pronta e acabada”.

Mais uma vez, o que está aqui em jogo é a arcaica metafísica platônica. A evolução das línguas seria o processo pelo qual elas saem da caverna e avançam rumo à perfeição das formas ideais. Assim, além de teleológico, esse platonismo linguístico é também *teológico*...

Por isso, acompanhando Darwin, podemos dizer, sem susto: qualquer animal “primitivo” estava perfeitamente apto para viver em sua época, em seu hábitat, em seu clima etc. O elefante moderno não é “melhor” nem mais “evoluído” (no sentido de “aperfeiçoado”) do que o mastodonte extinto há milhares de anos. Uma forma evoluída de um animal é simplesmente uma forma *diferente*, uma forma que se adaptou às mudanças ocorridas em seu hábitat, no clima global etc.

Da mesma forma, não existe “evolução” (= ‘aperfeiçoamento’) nas línguas humanas. Os falantes de latim do século IV a.C. pensavam, agiam, interagem e se comunicavam com a mesma eficácia com que nós, hoje, no Brasil, no século XXI, pensamos, agimos, interagimos e nos comunicamos em português brasileiro. As formas derivadas *malha*, *mancha*, *mágoa* etc. não têm nada de “melhores” ou mais “adequadas” do que *mácula*.

## 1.10 MAIS UMA DISTORÇÃO: COMUNICAR É O QUE IMPORTA

Existe na nossa cultura escolar, no que diz respeito ao ensino de língua, uma ideia muito entranhada e que precisa ser veementemente exposta e combatida. É a noção de que “o que importa é comunicar”, de que “se a mensagem foi transmitida, tudo bem”, e coisas assim. É fundamental deixar bem claro aqui que *não, não e não* — essa é uma visão muito pobre e mesquinha do que é a língua e dos mecanismos sociais que a envolvem. Repetir essa ideia é algo extremamente prejudicial para uma boa educação linguística.

Essa ideia é uma deturpação violenta de teorias linguísticas sofisticadas que, lidas pela metade ou só na superfície (quando são lidas), se transformam em conceitos tomados como “verdades científicas” pelos que não se empenham em estudar mais a fundo. E, para piorar, serve de acusação contra os linguistas por parte de pessoas que pretendem, com isso, desqualificar o trabalho dos pesquisadores e tentar preservar a ferro e fogo uma concepção de “língua culta” obtusa, obscura e irreal.

Essas pessoas alegam que para os linguistas “vale tudo”, que “o importante é comunicar”, que “não é preciso corrigir os alunos”, entre outras acusações injustas que não correspondem a nada que linguistas sérios já escreveram ou disseram em público. Para se opor, então, ao que os linguistas jamais disseram, os defensores de uma concepção de língua (e de sociedade) arcaica e pré-científica apregoam o “ensino da gramática” e a inculcação de uma escorregadia “norma culta” como solução para os problemas educacionais brasileiros.

A língua é muito mais do que um simples instrumento de comunicação. Ela é palco de conflitos sociais, de disputas políticas, de propaganda ideológica, de manipulação de consciências, entre muitas e muitas outras coisas. A manipulação social da língua nos leva a votar nessa ou naquela pessoa, a comprar tal ou qual produto, a admitir que determinado evento ocorreu de determinada maneira e não de outra, a aderir a uma ideia, a acreditar nessa ou naquela religião, e por aí vai, e vai longe...

No mercado financeiro, por exemplo, tudo se faz por meio das palavras. Os títulos negociados na Bolsa de Valores não têm existência concreta, são mera abstração, dependem exclusivamente do que se diz ou do que se deixa de dizer: basta lançar um boato sobre uma empresa, dizendo que ela está para falir, e o valor das ações despencar. O que alguns chamam de “invasão” (de terras, por exemplo) outros chamam de “ocupação” (de áreas improdutivas). Onde alguns falam de “terrorismo” outros preferem falar de “revolução”. Para os fiéis de determinada religião, certos atos são “pecados”, enquanto para os de outra são perfeitamente justificados e bem-vindos. O que o governo americano chamou de “Guerra do Iraque” muitos analistas classificam simplesmente de “invasão”, já que os iraquianos não fizeram nada contra os Estados Unidos.

A língua é nossa faculdade mais poderosa, é nosso principal modo de apreensão da realidade e de intervenção nessa mesma realidade. Vivemos mergulhados na linguagem, não conseguimos nos imaginar fora dela — estamos mais imersos na língua do que os peixes na água.

Além disso, a língua é um fator importantíssimo na construção da identidade de cada indivíduo e de cada coletividade. Ela tem um valor simbólico inegável, é moeda de troca, é arame farpado capaz de incluir alguns e excluir muitos outros. É pretexto para exploração, espoliação, discriminação e até mesmo massacres e genocídios, como já vem expresso num conhecido episódio bíblico.

Numa guerra entre duas das tribos de Israel, os galaaditas e os efraimitas, os primeiros se apoderaram dos vaus do Jordão, trechos rasos que podiam ser atravessados a pé. Quando alguém atravessava o rio, os galaaditas mandavam que pronunciasse a palavra *shibboleth* (“espiga”): na variedade linguística dos efraimitas, a palavra era pronunciada *sibboleth*, sem o “chiado” inicial. Quando ouviam essa pronúncia, os galaaditas “então o matavam nos vaus do Jordão. Caíram naquele tempo quarenta e dois mil homens de Efraim” (Juízes 12,4-6). Por isso o termo *shibboleth* é usado para

designar qualquer elemento social empregado para discriminar ou mesmo exterminar uma pessoa ou um grupo de pessoas.

Portanto, não se pode admitir essa falácia de que “o importante é comunicar”. Abrir a boca para falar é se expor, inevitavelmente, aos julgamentos sociais, positivos e negativos, que configuram a nossa cultura. Falar é comunicar, sim, mas não “transmitir uma mensagem” como ingenuamente se pensa: é comunicar quem somos, de onde viemos, a que comunidade pertencemos, o quanto estamos (ou não) inseridos nos modos de ver, pensar e agir do nosso interlocutor.

Assim, numa sociedade como a brasileira, tradicionalmente excludente e discriminadora, é fundamental que a escola possibilite a seus aprendizes o acesso ao espectro mais amplo possível de modos de expressão, a começar pelo domínio da escrita e da leitura, direito inalienável de qualquer pessoa que viva num país republicano e democrático. A leitura e a escrita, o letramento enfim, abrem as portas de incontáveis *mundos discursivos*, aos quais os aprendizes só vão ter acesso por meio da escolarização institucionalizada.

Por conseguinte, não basta ter o que dizer. É preciso saber dizer o que se tem a dizer: saber usar os múltiplos recursos que a língua oferece para a interação social. E isso é função imprescindível da escola: ensinar a dizer.

## 1.11 A CONCEPÇÃO DE LÍNGUA DESSA GRAMÁTICA

Todo trabalho acerca da língua tem de definir, inicialmente, a concepção de língua com a qual opera. Proponho uma concepção que sintetiza as mais importantes contribuições das várias (trans)disciplinas que elencamos acima. Essa concepção tem algumas consequências importantes para a elaboração de uma *gramática pedagógica* como a presente e, na sua esteira, para uma *pedagogia de língua materna*:

1. A *gramática de uma língua é sempre emergente*, nunca está pronta e acabada, porque seus elementos (fonéticos, morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais) sofrem constantes e ininterruptos processamentos cognitivos da parte dos falantes. Essas operações cognitivo-sociais (abdução, reanálise, metaforização, metonimização, generalizações, restrições etc.) combinadas aos processos socio-cognitivos, também ininterruptos, de variação, mudança e contato linguístico impedem a descrição definitiva da gramática de uma língua. Assim sendo, toda descrição é sempre provisória. As categorias, as unidades descritivas, as classes gramaticais etc. não são estáveis e passam o tempo todo por processos de grama-

ticalização [►170]. Por isso, não tem cabimento “ensinar gramática” na escola, principalmente se esse ensino for sinônimo de memorização acrítica da nomenclatura tradicional e aplicação dessa nomenclatura a frases artificiais, desprovidas de sentido.

2. Sujeita à variação e à mudança ininterruptas, a língua não é um todo homogêneo, um sistema único, mas sim um **polissistema**, composto das múltiplas variedades (e de suas múltiplas gramáticas) existentes num domínio espacial habitado por uma população que se reconhece falante de uma mesma língua, apesar dessa variação. O estreito vínculo sociocultural, sociogeográfico e sócio-histórico dos falantes com sua língua obriga a considerar que **todo idioma nacional é uma língua plena**, de modo que não há por que classificar o PB e o português europeu como “variedades” de uma “mesma” língua, uma vez que os falantes brasileiros, ao usar sua língua, estão agindo para a (re)criação e o fortalecimento de sua própria identidade sociocultural e sociolinguística, na mais plena e justificada ignorância do que é e como se constitui a identidade dos portugueses. É no mínimo absurdo pretender que a variedade de um caboclo do interior da Amazônia pertença ao mesmo “sistema” da de um lavrador português do Alentejo, se tudo o mais entre eles é diferente, da cor da pele ao que comem, da latitude em que vivem ao ciclo das estações, do meio ambiente às crenças religiosas, do vestuário aos utensílios etc., e se a intercompreensão entre eles é simplesmente impossível.

3. Sujeita à variação social, essa descrição provisória não tem como escapar ao fato de ser, sempre, a **descrição de alguma variedade sociolinguística determinada**. Por força das hierarquias de poder e controle social, a variedade que mais tem recebido descrições (e consequentes prescrições) é aquela que historicamente se constituiu e se consolidou entre as classes dominantes da sociedade: urbanas, letradas, quase sempre masculinas, de maior poder econômico e de maior influência política. Essa variedade (que num país das dimensões do Brasil está longe de ser homogênea) se torna objeto de desejo dos que não a têm como variedade própria e consideram seu domínio como mecanismo de ascensão social; e ela também é, de fato, a fonte da norma real, ainda que simbolicamente exista uma outra norma, ideal e prescritiva, definida pelas instâncias oficiais e oficiosas de política linguística e de ensino. Por isso, se é para ensinar alguma norma, que seja, pelo menos, a norma real, o conjunto de variedades realmente empregadas pelos falantes urbanos mais letrados.

4. Nem sincrônica nem diacrônica isoladamente, a língua é um fenômeno **pan-crônico**: num mesmo tempo-espço social e cultural convivem formas antigas e formas inovadoras, distribuídas desigualmente pelas diversas comunidades de fala que habitam o país de acordo com a história sociolinguística de cada uma. É a dinâmica social que determina a preservação e/ou a extinção de uma forma

linguística e não supostos mecanismos internos à língua agindo por conta própria. A clássica noção de “deriva”, isto é, de um movimento autônomo da língua como “coisa-em-si”, fica desde logo descartada.

5. A mudança linguística não decorre dessa fictícia deriva “natural” da língua, movida por supostos mecanismos “internos”. **A mudança decorre sociocognitivamente da interação entre processamentos cognitivos da língua e fenômenos sociais** como o contato linguístico, a variação social, a conquista de um povo por outro, a escravização, o poder maior ou menor das forças centrípetas e centrífugas etc. (ver capítulo 4).

6. **Toda manifestação real da língua se dá na forma de textos, falados e/ou escritos, consubstanciados em gêneros discursivos** mais ou menos estáveis, culturalmente compartilhados. Por isso, a educação linguística só pode ser eficaz na medida em que partir de **textos autênticos**, falados e escritos, e nunca de palavras soltas ou de frases artificialmente construídas e descontextualizadas. Nessa perspectiva, desaparece o dualismo certo/errado em prol de uma visão dinâmica dos usos linguísticos e das convenções sociais que os governam e com as quais os falantes podem ou não concordar, sendo perfeitamente legítimo que se rebelem contra elas na medida em que isso fizer parte de seu projeto de vida individual e coletivo. A educação linguística, no entanto, não pode se furtar à tarefa de **ensinar o que o falante ainda não sabe**, deixando a ele a total liberdade de escolha do que fazer com esse conhecimento adquirido.

7. **Língua falada e língua escrita não são dois universos distintos**, mas modalidades de uso que se interconectam, se influem mutuamente, se mesclam. A única e verdadeira diferença entre fala e escrita são as **condições de produção e de edição** de cada modalidade: a fala é produzida e editada em tempo real, no momento mesmo da interação, enquanto a escrita permite correções e emendas antes de ser publicizada. Com as novas tecnologias de comunicação, fala e escrita passam a ter os mesmos recursos semióticos, graças ao desenvolvimento das multimídias. Com isso, os gêneros discursivos se tornam cada vez mais híbridos semioticamente, com interpenetrações profundas entre fala e escrita. A ideia de que é possível livrar a escrita das “interferências” da fala é uma contradição em termos e, como tal, inalcançável, fadada ao fracasso.

8. Os chamados **universais linguísticos não são uma herança geneticamente transmitida em nosso DNA**. Eles resultam da interação entre as capacidades cognitivas dos seres humanos (que são as mesmas para toda a espécie), as restrições psicofísicas dessas capacidades (o sistema articulatório e respiratório, os limites do processamento mental e da memória etc.) e o mundo físico, com o qual os humanos têm de interagir para dar sentido à existência e manter a coesão so-

cial. Uma vez que todos os seres humanos têm de enfrentar os mesmos desafios de conhecimento e experiência com os recursos biológicos de que dispõem, as línguas têm de apresentar um grau de similitude. E uma vez, também, que os ambientes ecológicos e socioculturais em que cada comunidade se desenvolve apresentam diferenças, as línguas igualmente vão apresentar diferenças entre si, mas sempre dentro de um espectro limitado de divergências. A possibilidade de traduzir de uma língua para outra, por mais diferentes que sejam, possibilidade documentada desde os tempos mais remotos da civilização, é a prova empírica cabal da universalidade sociocognitiva dos mecanismos da linguagem humana.

9. Não existe dicotomia entre língua e fala, competência e desempenho, língua-I e língua-E, princípios e parâmetros, forma e substância, significado e significante, pensamento e linguagem, conhecimento e experiência, objetividade e subjetividade etc. O sistema e o uso, a gramática e o discurso, o linguístico e o social compõem um todo indissociável: uma vez separados, a língua simplesmente deixa de ser língua, assim como não se pode dissociar o oxigênio do hidrogênio na água — descombinados, deixam de ser água.





# GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Marcos Bagno

$\pi$   
Parábola